

ATA DA DÉCIMA NONA SESSÃO ORDINÁRIA DA SEGUNDA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA DÉCIMA SÉTIMA LEGISLATURA, EM 19-3-2018.

---

Aos dezenove dias do mês de março do ano de dois mil e dezoito, reuniu-se, no Plenário Otávio Rocha do Palácio Aloísio Filho, a Câmara Municipal de Porto Alegre. Às quatorze horas e quinze minutos, foi realizada a segunda chamada, na qual registraram presença Adeli Sell, Airto Ferronato, Cassio Trogildo, Cassiá Carpes, Comandante Nádia, Felipe Camozzato, Fernanda Melchionna, José Freitas, João Carlos Nedel, Paulo Brum, Prof. Alex Fraga, Reginaldo Pujol, Ricardo Gomes, Sofia Cavedon e Valter Nagelstein. Constatada a existência de quórum, o Presidente declarou abertos os trabalhos. Ainda, durante a Sessão, registraram presença Aldacir Oliboni, Alvoni Medina, André Carús, Cláudio Janta, Dr. Goulart, Dr. Thiago, Idenir Cecchim, João Bosco Vaz, Luciano Marcantônio, Marcelo Sgarbossa, Mauro Zacher, Mendes Ribeiro, Moisés Barboza, Márcio Bins Ely, Mônica Leal, Paulinho Motorista, Professor Wambert, Roberto Robaina, Rodrigo Maroni e Tarciso Flecha Negra. À MESA, foram encaminhados: o Projeto de Lei do Legislativo nº 016/18 (Processo nº 0244/18), de autoria de André Carús; o Projeto de Lei do Legislativo nº 015/18 (Processo nº 0239/18), de autoria de José Freitas; o Projeto de Lei do Legislativo nº 026/18 (Processo nº 0387/18), de autoria de Paulo Brum; o Projeto de Resolução nº 068/17 (Processo nº 3227/17), de autoria de Sofia Cavedon. A seguir, o Presidente concedeu a palavra, em TRIBUNA POPULAR, a Vera Justina Guasso, diretora coordenadora do Sindicato dos Trabalhadores em Processamento de Dados do Estado do Rio Grande do Sul, que se pronunciou acerca da privatização da Companhia de Processamento de Dados do Município de Porto Alegre. Em continuidade, nos termos do artigo 206 do Regimento, Rodrigo Maroni, Ricardo Gomes, Airto Ferronato, Adeli Sell, Felipe Camozzato, Prof. Alex Fraga, Cláudio Janta e Sofia Cavedon manifestaram-se acerca do assunto tratado em Tribuna Popular. Em COMUNICAÇÃO DE LÍDER, pronunciaram-se Rodrigo Maroni, Fernanda Melchionna e Marcelo Sgarbossa. Os trabalhos foram suspensos das quinze horas e quatorze minutos às quinze horas e quinze minutos. Após, foi aprovado Requerimento verbal formulado por Valter Nagelstein, solicitando alteração na ordem dos trabalhos da presente Sessão. Em COMUNICAÇÃO DE LÍDER, pronunciaram-se Tarciso Flecha Negra, Sofia Cavedon, Ricardo Gomes e Mendes Ribeiro. Às quinze horas e quarenta e dois minutos, constatada a existência de quórum deliberativo, foi iniciada a ORDEM DO DIA. Após, foi aprovado Requerimento de autoria de Cláudio Janta, solicitando Licença para Tratar de Interesses Particulares no dia quinze de março do corrente. Em Votação Nominal, esteve o Projeto de Lei do Executivo nº 024/17 (Processo nº 2745/17). Foi votada destacadamente e rejeitada a Emenda nº 96 aposta ao Projeto de Lei do Executivo nº 024/17, por quinze votos SIM e sete votos NÃO, considerando-se mantido o Veto oposto, tendo votado Sim Airto Ferronato, Aldacir Oliboni, André Carús, Cassiá Carpes, Comandante Nádia, Dr. Thiago, Fernanda Melchionna, João Bosco Vaz, Mauro Zacher, Márcio Bins Ely, Mônica Leal, Paulinho Motorista, Prof. Alex Fraga, Roberto Robaina e Sofia Cavedon e Não Alvoni Medina,

Cassio Trogildo, José Freitas, João Carlos Nedel, Luciano Marcantônio, Paulo Brum e Ricardo Gomes. Foi votada destacadamente e rejeitada a Emenda nº 101 aposta ao Projeto de Lei do Executivo nº 024/17, por dezesseis votos SIM e treze votos NÃO, considerando-se mantido o Veto oposto, após ser encaminhada à votação por Roberto Robaina, Marcelo Sgarbossa, Fernanda Melchionna, Comandante Nádia, Ricardo Gomes, Roberto Robaina, Tarciso Flecha Negra, Reginaldo Pujol, Felipe Camozzato e Cláudio Janta, tendo votado Sim Adeli Sell, Airto Ferronato, Aldacir Oliboni, André Carús, Cláudio Janta, Fernanda Melchionna, João Bosco Vaz, Marcelo Sgarbossa, Mauro Zacher, Márcio Bins Ely, Paulinho Motorista, Prof. Alex Fraga, Reginaldo Pujol, Roberto Robaina, Sofia Cavedon e Tarciso Flecha Negra e Não Alvoni Medina, Cassio Trogildo, Comandante Nádia, Dr. Goulart, Felipe Camozzato, José Freitas, João Carlos Nedel, Luciano Marcantônio, Mendes Ribeiro, Moisés Barboza, Paulo Brum, Professor Wambert e Ricardo Gomes. Deixou de ser votada a Emenda nº 147, destacada, aposta ao Projeto de Lei do Executivo nº 024/17, após ser encaminhada à votação por Sofia Cavedon, Airto Ferronato, José Freitas, Reginaldo Pujol, Tarciso Flecha Negra, Luciano Marcantônio e André Carús, em face da inexistência de quórum deliberativo. Na oportunidade, foi apregoado o Ofício nº 183/18, do Prefeito, comunicando que se ausentaria do Município das vinte e duas horas do dia dezoito às vinte e três horas e trinta minutos do dia vinte de março do corrente, a fim de participar do Seminário Segurança e Desenvolvimento, em Brasília – DF. Também, foi apregoada a Emenda nº 02, assinada por Cassio Trogildo, ao Projeto de Lei do Legislativo nº 095/17 (Processo nº 0921/17), e foi aprovado Requerimento de autoria de Cassio Trogildo, solicitando que essa emenda fosse dispensada do envio à apreciação de Comissões Permanentes. Às dezessete horas e vinte e seis minutos, constatada a inexistência de quórum deliberativo, em verificação solicitada por Sofia Cavedon, foi encerrada a Ordem do Dia. Em PAUTA, Discussão Preliminar, estiveram, em 2ª Sessão, os Projetos de Resolução nºs 062/17, discutido por Reginaldo Pujol e Moisés Barboza, 001/18, discutido por Moisés Barboza, e 002/18, discutido por Sofia Cavedon e Moisés Barboza. Durante a Sessão, Ricardo Gomes manifestou-se acerca de assuntos diversos. Também, foi registrada a presença de Kevin Krieger, ex-vereador deste Legislativo. Às dezessete horas e trinta e nove minutos, o Presidente declarou encerrados os trabalhos, convocando os vereadores para a próxima sessão ordinária. Os trabalhos foram presididos por Valter Nagelstein, João Carlos Nedel, Mônica Leal e Cláudio Janta e secretariados por João Carlos Nedel. Do que foi lavrada a presente Ata, que, após distribuída e aprovada, será assinada pelo 1º Secretário e pelo Presidente.

---

**O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein):** Boa tarde, agradeço pelas orações. Fiz uma cirurgia que, infelizmente, não estava na programação, mas, graças a Deus, estou de volta. Considero isso a minha segunda posse no ano; a primeira, por obra e graça dos meus ilustres colegas, no início do ano; esta, infelizmente, por um desígnio maior, mas estamos aí de volta. Retomo com força à nossa missão, que não é fácil.

**O SR. RICARDO GOMES:** Sr. Presidente, acho que falo em nome de todos os colegas e servidores da Casa. Ao saudar seu retorno, digo que muito nos alegra que o senhor esteja recuperado, com saúde para seguir comandando nossos trabalhos durante esta Legislatura. Em nome de seus colegas, gostaria de desejar um bom retorno e que sua saúde se mantenha bem, não precisando mais se afastar, nos dando o prazer da convivência diária que temos aqui. Parabéns pelo retorno.

**O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein):** Muito obrigado. Passamos à

### **TRIBUNA POPULAR**

A Tribuna Popular de hoje terá a presença do Sindicato dos Trabalhadores em Processamento de Dados do Estado do Rio Grande do Sul, que tratará de assunto relativo à privatização da Procempa.

A Sra. Vera Justina Guasso, diretora e coordenadora, está com a palavra, pelo tempo regimental de 10 minutos.

**A SRA. VERA JUSTINA GUASSO:** Boa tarde. Queria agradecer ao Presidente Valter Nagelstein, às Vereadoras e aos Vereadores aqui da Câmara, seguidamente estamos vindo aqui e sempre somos muito bem recebidos para falar sobre a Procempa. Inclusive, no final de 2017, na outra direção, estivemos aqui por conta de uma forte mobilização dos trabalhadores em defesa da Procempa e também de seus direitos.

O que nos traz aqui hoje, nobre Presidente, Vereadoras e Vereadores, é para discutir novamente o papel da Procempa, que é uma empresa de 40 anos de história na informática pública do Município de Porto Alegre. É claro que eu preciso dizer que nós vivemos momentos complexos no nosso País, no nosso Estado e no Município, de enormes perdas de direitos, de uma violência no sentido da perda de direitos, do retorno de um debate sobre a privatização. E quero falar que nós temos colegas aqui da Procempa, dezenas de colegas, e cada um deles e delas demonstram um pouquinho do que significa trabalhar nessa empresa que tem 40 anos de história. Então, eu falava desse momento político do nosso País, da violência no sentido dos direitos, que, inclusive, na semana passada, vitimou uma Vereadora do Rio de Janeiro. Isso tudo está interligado infelizmente, nós achamos que usando os espaços públicos, as ruas, nós poderemos trazer de volta o debate do significado da coisa pública, das empresas públicas, dos direitos dos trabalhadores.

Desde 2016, a Procempa tem sido colocada na mira. Por que nós dizemos na mira? Já antes da posse do Prefeito Marchezan, ele falava que a Procempa era uma empresa cara. E agora, há poucos dias, em torno de um mês, o Prefeito Marchezan disse, em uma reunião de empresários, que a Procempa tinha um déficit de R\$ 90 milhões. Só que os R\$ 90 milhões são o custo que a Procempa tem para fazer o serviço por um ano para a Prefeitura de Porto Alegre. Caros Vereadores e Vereadoras, por um estudo feito no Relatório de Gestão de Tecnologia da Informação, a Procempa tem um

custo 54% mais barato do que se os serviços de tecnologia da informação fossem feitos pela iniciativa privada. Cinquenta e quatro por cento mais barato é o custo da Procempa para prestar esses serviços ao Município de Porto Alegre – serviços que não são pequenos. A Procempa atua na saúde, na educação, na arrecadação de recursos em toda a rede de fibra do Município, então é dessa empresa que nós estamos falando. E outro dado importante que nós queríamos citar aqui, é que, em 2008, o custo geral da Procempa era 3,2 do custo geral do Município. No ano de 2017, a Procempa representou 1,88 no custo do Município. Dados recentes demonstram que essa empresa, que presta os melhores serviços, que tem mais de 300 profissionais, tem um custo muito baixo em relação aos serviços que ela presta.

Nós queríamos lembrar também do SIAT. Quem aqui, dos Vereadores mais antigos, não lembra que, em torno de 2011, a Prefeitura de Porto Alegre deixou de usar o serviço da Procempa, que era o SIAT – Sistema Integrado de Administração Tributária, e comprou da iniciativa privada, empresa Consult, de Curitiba. A promessa era de que o sistema custaria menos e seria mais rápido. Não só o sistema custou muito mais caro, inclusive houve denúncias gravíssimas, como trouxe prejuízos, que em 2014 se falava na imprensa, na ordem de R\$ 160 milhões, por um serviço malfeito e que a Procempa teve que buscar de volta. E é importante que saibam que, neste momento, um grupo de trabalhadores está em Curitiba para receber de volta um sistema que custou caro, ineficiente, que trouxe milhões de prejuízo ao Município. Então, neste momento, os técnicos da Procempa estão em Curitiba para, finalmente, depois de mais de seis anos, trazer de volta o SIAT para as mãos da empresa pública Procempa. Este dado, na nossa opinião, é simbólico. Simbólico para mostrar que, para o setor privado, o que interessa é o lucro, não importa a qualidade, não importa se o serviço vai ser bem feito, não importa se o serviço vai, ao final ser útil para o Estado, para o Município, para o povo de Porto Alegre, o que importa é a lucratividade. E se der errado, a culpa é de quem? Dos trabalhadores do Município, dos trabalhadores concursados.

Então, essas informações que trazemos aqui hoje são para mostrar que a Procempa, assim como a Carris, a FASC, e o DMAE – que estava, agora há pouco, preparando uma atividade de demonstração da importância dessa empresa –, não tem nenhuma necessidade, nenhuma justificativa com falsas notícias, de ser privatizada parcialmente, terceirizada ou desmontada. É disso que se trata e é isso que nós viemos fazer: desvendar as informações inverídicas que foram trazidas à tona pelo Prefeito de Porto Alegre, numa fala em setores muito interessados em ter essa fatia importante do mercado e fazer com que a Procempa, uma empresa pública de mais de 40 anos de história, de tecnologia da informação do Município de Porto Alegre, caia nas mãos dos interesses privados.

Eu queria também aproveitar para trazer uma informação. Vários municípios no País têm empresas de tecnologia da informação. Curitiba não tem empresa de tecnologia da informação e por isso Curitiba está nas mãos da iniciativa privada. Custos altíssimos, muitas vezes serviços de má qualidade, como já foi falado inclusive por pessoas que hoje estão na gestão da Procempa. Este é um outro dado

importante. A Procempa é considerada hoje uma das melhores e mais competentes empresas de tecnologia de informação do País.

Encerrando, quero dizer que, no dia 16 de março, foi noticiado pela Prefeitura de Porto Alegre que a Procempa está ganhando um prêmio. Ela foi selecionada por um trabalho gerente: sistema integrado de gerenciamento de internações, com um prêmio do InovaCidade 2018. Então a Procempa está ganhando um prêmio por este trabalho de sistema integrado de gerenciamento de internações. Mais uma demonstração da importância do papel da Procempa e de seus profissionais. Com isso, termino dizendo que estamos aqui, o sindicato, a comissão de funcionários, os trabalhadores para buscar apoio desta Casa, que tem feito grandes debates sobre o papel do serviço público municipal. Nós entendemos que a Procempa, junto com todas as outras áreas, merece e já mereceu todo o cuidado dos Vereadores e das Vereadoras. Encerro dizendo que buscamos o apoio de vocês para esta grande luta por uma empresa pública de qualidade, da Prefeitura de Porto Alegre. Obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

**O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein):** Convidamos a Sra. Vera Justina Guasso a fazer parte da Mesa.

O Ver. Rodrigo Maroni está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento, e prossegue seu pronunciamento em Comunicação de Líder.

**O SR. RODRIGO MARONI:** Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras; colegas funcionários da Câmara Municipal, em especial os servidores da Procempa que estão aqui, boa tarde a todos. Saúdo a Vera Guasso, a quem conheço há muito tempo e em quem votei na minha primeira eleição. Talvez tu nem saibas disso, Vera, mas eu votei em ti, acho que foi para a Câmara ou para o Senado, lá por noventa e poucos, quando eu tinha uns 16 anos. Sei da tua luta, da tua dedicação especial desde essa época — mais da metade da minha vida, pois estou com 36 anos, quando eu votei pela primeira vez eu tinha 16 — e da luta que tu fazes pelo funcionalismo público, pelo serviço público, através do sindicato. Eu lembro que eu conheci o Barela, na época em que era do sindicato da minha mãe — ele agora está em São Paulo, inclusive —, e fazia a luta do sindicato do IBGE. Também lembro de uma das primeiras entrevistas que eu fui fazer para tentar trabalhar, que foi no sindicato de vocês, ali próximo ao Olímpico. Fui fazer uma entrevista e acabei não passando. Quero dizer que há este compromisso com o serviço público de qualidade, e a Procempa, cumpre um papel histórico aqui na Cidade, assim como outras instituições — até vi o Alexandre, do DMAE, passando por aqui.

Pessoalmente sou completamente favorável a que o serviço público se mantenha, que não se privatize. Fui criado nesta história; o meu pai era funcionário público e a minha mãe funcionária pública. Acho fundamental a luta pelo serviço público, que não se acaba aqui. Na verdade, a luta do serviço público, desde que eu me dou por gente, sempre foi a mesma: arrocho salarial, lá na década de 1990, muitos anos

de arrocho salarial, greves para poder ter conquista. Inclusive, no ano passado, aqui, eu fui um dos 19 que votaram para acabar com a greve do funcionalismo público, que já estava muito extensa. É a mesma coisa com relação à privatização de qualquer órgão público. Se nós, hoje, já temos dificuldades com os órgãos públicos, vamos dizer assim, fragilizados, eu não tenho dúvida nenhuma de que tudo que possa ser privatizado ainda pode ser pior, apesar de eu respeitar muito a posição de colegas aqui, como o Ver. Felipe Camozzato, que eu sei que tem uma outra concepção, inclusive a gente discute, eu tenho uma opinião também, tem que haver essa discussão, mas eu sou um defensor do serviço público de qualidade.

E eu queria usar esse tempo para fazer uma saudação especial – já o fiz na semana passada – em relação à Ver.<sup>a</sup> Marielle, cuja morte demonstra em que pé está hoje o Brasil. Eu não sou da tese de fazer apologia ou usar isso de forma ideológica ou mesmo promocional, mas não pode deixar de ser dito que o que aconteceu com a Marielle mostra em que pé andam os poderes, a política e a relação de impunidade no Brasil – uma mulher negra, homossexual e que foi literalmente chacinada. Eu defendo muito o trabalho da polícia, que é um trabalho muito difícil, porque são funcionários públicos também, brigadianos, a polícia civil, recebendo salário de forma atrasada, muitas vezes dando a própria vida. Ser funcionário público já é difícil; eu diria que ser policial é cinco, dez vezes mais difícil, porque ainda corre risco de vida, expondo-se a situações e a conviver na mesma realidade daqueles que combate, que é o crime organizado, onde morrem milhares e milhares. Até o Amaranto, que trabalha aqui na Câmara, hoje me mandou um texto em relação à médica que foi assassinada, no dia de ontem, com dois tiros no rosto, lá no Rio de Janeiro, em Nova Iguaçu. E eu acho que, assim como a Marielle, ela foi morta, assassinada, eu não tenho dúvida nenhuma, por uma concepção, por uma questão de opinião. E nós vivemos ainda em um Brasil medieval, em que pouco se avançou. Morrem todo o dia pessoas em chacinas, inocentes, gente de comunidade pela briga do tráfico, por milícias, por todo o tipo de situações que vivem e que não poderia ser dita. Então eu quero aqui, mais uma vez, manifestar a minha solidariedade à Vereadora do PSOL, Marielle, assim como também a minha solidariedade, Ver.<sup>a</sup> Comandante Nádia, como falei na semana passada, a centenas de brigadianos e policiais que são mortos todos os dias, ganhando pouco, tendo os filhos ameaçados. E eu trabalho, no meu gabinete já passaram, pelo menos, uns sete a oito funcionários brigadianos ou que trabalhavam na Polícia Civil, e nenhum deles me relatou que a vida deles foi tranquila. Pelo contrário, Ver. Prof. Alex, a vida do policial, sério e correto, que é a imensa maioria, que, como toda a instituição tem as suas contradições, não é fácil. Tem ameaça aos filhos. Eu mesmo, que peguei a pauta dos animais, enfrento, sei lá, 1% do que um brigadiano enfrenta no dia a dia, ou um policial civil que vai prender um traficante, e sofre ameaça, sofri situações assim. Então eu imagino aquele que prende, que tem o mandado para prender e que tem que botar a cara lá na frente. São situações difíceis, e eles têm filho e filha, e os caras ameaçam. Muitas vezes entram na delegacia – não é, Ver.<sup>a</sup> Comandante Nádia? – prometendo a morte do brigadiano que os prendeu. Isso acontece sempre: ah, eu vou entrar no presídio, mas daqui a meio ano, um ano eu estou fora e tu podes ter certeza de que eu

sei onde tu moras, onde a tua filha mora e isso e aquilo. E muitas vezes esses indivíduos que trabalham na polícia ficam uma vida toda tendo a insegurança de ter prendido, porque prenderam 20, 30, 50, e esses que foram presos não esquecem. Então aqui a minha total solidariedade à Vera, à luta da Procempa, aos servidores públicos, assim como ao serviço público da Brigada Militar e da Polícia Civil. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein):** O Ver. Ricardo Gomes está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

**O SR. RICARDO GOMES:** Sr. Presidente, vou ser breve, saúdo novamente seu retorno, e quero dizer que todos sabem a posição que defendemos: de que não há sentido em o Estado exercer uma atividade econômica quando ela é plenamente atendível pela iniciativa privada, e a questão dos serviços de tecnologia da informação é um exemplo disso. Seria talvez uma justificativa se houvesse a integração plena dos serviços, dos sistemas da Prefeitura, o que não acontece. Ainda há pouco eu falava com um senhor que quer um alvará num endereço, e no sistema da SMURB consta que o endereço é não residencial, no da Fazenda consta que é residencial, e o sujeito não consegue sair do emaranhado porque os sistemas de informática não se conversam. Além disso, a Procempa tem, dos seus quase 380 funcionários, 46 que ganham acima do teto do Prefeito Municipal de Porto Alegre, tem uma infraestrutura subutilizada, que é a sua rede de fibra ótica, que não é função do Município explorar infraestrutura de tecnologia, e tem, obviamente, uma série de sistemas operando na Prefeitura em um padrão de tecnologia inferior ao que é oferecido em outros municípios, justamente porque o que é implementado em outros municípios, quando se quer copiar aqui, não se contrata diretamente uma ferramenta e uma solução que já está pronta, mas se começa a desenvolver do zero através da Procempa. Então, obviamente, o custo desse desenvolvimento estoura no cidadão de Porto Alegre, e faz parte da ineficiência dos serviços públicos de Porto Alegre. Era o que cabia neste tempo, Sr. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein):** Obrigado, Ver. Ricardo. A Ver.<sup>a</sup> Fernanda Melchionna está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

**A SRA. FERNANDA MELCHIONNA:** Boa tarde a todos e todas, queria cumprimentar especialmente a Coordenadora do Sindppd, e na tua pessoa, Vera, cumprimentar todos os trabalhadores, os representantes sindicais, os delegados eleitos, o Presidente Valter, que retorna depois de uma cirurgia, e falo em meu nome, em nome do Roberto Robaina e do Prof. Alex Fraga. Foi bom falar depois do Ricardo Gomes, porque uma coisa que eu acho que está cada vez mais clara neste Governo é a

incapacidade de ouvir e, ao mesmo tempo, de conhecer os recursos naturais, os recursos estratégicos, os funcionários da cidade de Porto Alegre e o serviço que prestam. Mais do que isso, acho que aqui existe uma lógica clara, que é uma lógica de que o que pode dar lucro tem que ser repassado para a iniciativa privada. Essa é a lógica que o Ver. Ricardo Gomes expressa, falando de outra maneira, como se fosse um tema de custos. Vereador, o caso dos *softwares*, por exemplo, da Fazenda, que o senhor citou, como a Vera falou no início – se o senhor tivesse ouvido, saberia –, foi terceirizado com a Consult, teve quase dobrado o preço, foi suspenso pelo Tribunal de Contas do Estado num sistema caro e ruim. Porto Alegre perdeu dinheiro; Porto Alegre, inclusive, foi alvo de uma investigação; Porto Alegre pagou esse sistema Consult privatizando um serviço público que é exatamente o que o senhor quer. Essa é a demonstração de como a privatização do serviço de tecnologia é mais cara para o Município e gera um serviço. Porto Alegre perdeu R\$ 40 milhões com o IPTU que não foi arrecadado por conta do problema do SIAT, e, mais do que isso, agora, vai voltar a ser público, diante da falência do modelo que foi contratado, como bem falou a coordenadora do sindicato, Vera Guasso.

Na verdade, eu acho que a demonstração da fala do Governo aqui na tribuna também é uma demonstração para nós. Nós não temos que convencer o Governo Marchezan que a privatização é ruim, porque nós estamos diante de um Governo autoritário, de um Governo recessivo, de um Governo claramente neoliberal, de um Governo que chega à capacidade, Vera, de dizer que vai fechar a FASC porque não dá lucro. Mas qual é o prefeito que pode achar que a assistência social pode dar lucro numa cidade que precisa de assistência social, a não ser o Prefeito da elite, o Prefeito que quer transformar tudo em ativo financeiro? E tecnologia da informação dá dinheiro, sim. Eles querem privatizar a Procempa para dar um negócio para os seus amigos. A contratação do Michel Costa, que o Ver. Roberto Robaina me lembrava agora, foi a demonstração disso. Só caiu porque a imprensa mostrou a relação promíscua entre o público e o privado. Um apoiador da campanha do Marchezan, que era de empresas de tecnologia que vendem negócios no Brasil inteiro, foi contratado para assessorar gratuitamente a campanha do Marchezan; depois, foi para onde? Para a Procempa! E começou o processo de privatização por dentro, só que a relação promíscua veio à tona, e o Marchezan foi obrigado a demiti-lo, porque seria um escândalo manter alguém que está no Conselho de Administração da Carris, que representa a Empresa de Tecnologia da Informação, que já estava sob investigação no caso de corrupção no DAER, dentro da Procempa. Mas, embora isso tenha acontecido, Vera, agora eles botaram alguém do Banco de Talentos. E eu queria saber qual é essa estrutura do Banco de Talentos em um *software* paralelo, em uma página que não é vinculada à Prefeitura, em uma relação meio estranha em que contratam, por um lado, alguns amigos do rei e, por outro, alguns amigos dos interesses privados, como é o caso da Procempa, um cidadão no Banco de Talentos que tenta interferir na autonomia, que diz que tem um relatório pronto que significa o ajuste, a precarização e a privatização. É um agente externo que está buscando implementar um programa que é contra a empresa pública.



Em segundo lugar, acho que foi bem corrigido, mas é preciso repetir: o investimento na Procempa é de R\$ 90 milhões e o Governo deve à companhia R\$ 20 milhões daquilo que estava orçado. E tem diminuído o percentual ao longo dos anos, o que já mostra o sucateamento e a precarização das condições de trabalho da empresa. O Governo deve R\$ 8 milhões. Então a Procempa não tem déficit, o que existe é um déficit inventado pelo Governo para justificar a sua política privatista. Mais do que isso, se a Prefeitura contratasse o serviço de tecnologia, que hoje os funcionários de carreira fazem no Município de Porto Alegre, significaria um gasto de 54% a mais. Seriam R\$ 160 milhões e não R\$ 90 milhões por ano, e com o controle da tecnologia da informação em um mercado importante como é o das fibras óticas. Nós estamos diante de um programa que tem um norte claro, que é o programa das privatizações, que vai lá receber o prêmio de modelo de empresa, que foi dado à Procempa no dia 16 de março e, por baixo, atua para desmontá-la e justificar a privatização. O mesmo que faz com a Carris, com a FASC e no geral com a cidade de Porto Alegre, porque a lógica deles é Estado mínimo para o povo e Estado máximo para os interesses da empresa. É tirar dos pobres para, literalmente, dar aos ricos.

Diante disso, acho que temos algum desafio: primeiro, unificar as lutas de resistência e defender as nossas empresas públicas, e nisso a Procempa cumpre um papel fundamental; segundo, saudar esses trabalhadores que fazem muito, com todo esse desmonte da empresa pública; e, terceiro, trazer verdade à luz de todos esses fatos, esses números, esses dados que foram trazidos para que as mentiras contadas sucessivamente pelo Governo Marchezan caíam por terra e a gente possa impedir a privatização e defender a Procempa sempre pública.

(Não revisado pela oradora.)

**O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein):** O Ver. Aírto Ferronato está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

**O SR. AIRTO FERRONATO:** Obrigado. Em primeiro lugar, quero dizer que falo em meu nome, do Ver. Paulinho Motorista, e em nome do nosso partido. Amiga Vera, a senhora sabe que aqui na Câmara nós temos sempre defendido a não privatização do patrimônio público. Esse é um princípio que tenho, e vem de longe. Portanto, eu quero trazer o meu abraço à senhora, trazer um abraço a todos os nossos servidores e servidoras da Procempa, que estão conosco, e dizer que aqui se travam diversas lutas, bastantes tensas, mas sempre estive de um lado só: defendendo o servidor público, o serviço público, a empresa pública e a nossa Administração Indireta. Portanto, eu tenho certeza que estamos nessa caminhada. Conta com a gente e um abraço.

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein):** Obrigado, Ver. Airto Ferronato. O Ver. Adeli Sell está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

**O SR. ADELI SELL:** Boa volta, Ver. Valter; caríssima Vera; servidores da Procempa; minha saudação especial, em nome da Bancada do Partido dos Trabalhadores, do Líder Oliboni, da Sofia e do Sgarbossa. Nós queremos insistir nos pressupostos da formação da Procempa, empresa pública. Por que foi criada uma empresa pública? Pela relevância pública, pela necessidade da coletividade, por tratarmos de informações fundamentais para o serviço público da municipalidade. Isto é a base legal, constitucional. O Prefeito não se esquece que cem por cento dessa empresa é dinheiro público, seja do DMAE, seja do caixa único, seja lá o que for. É pública! E assim deve permanecer, porque nós temos um capital incomensurável. As senhoras e os senhores sabem quanto custa mais de mil quilômetros de Infovia, mal utilizada? Não por culpa da Procempa; não por culpa de seus funcionários! Por culpa dos gestores! Por que nós compramos um *software* picareta? Não vou falar que é pirata, porque é quase pirata, é uma cópia mal feita de coisas malfeitas, quando nós temos capacitação técnica e profissional para fazer um *software* que dialogue como o do DMLU, da boca de uma capatazia do DEP na Zona Norte para outra no fim do mundo, lá na Zona Sul. Só não funciona porque não tem gestão a partir de quem tem o domínio sobre a Procempa. Colocou pessoas descapacitadas para dirigir a Procempa, colocou CCs que nada faziam na Procempa. Existem processos, houve CPI, até estranho que um dos colegas Vereadores não esteja aqui, espero que venha, para poder falar. Está escrito, está dito: Procempa pública, sob controle público, prestação de contas feitas pelo Tribunal de Contas, como é feita. Agora o seguinte, nada de dar uma empresa de mão beijada. Aqui vocês terão a nossa defesa. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein):** O Ver. Marcelo Sgarbossa está com a palavra para uma Comunicação de Líder, pela oposição.

**O SR. MARCELO SGARBOSSA:** Boa tarde a todos e todas. Falo em liderança de oposição pelo PT e PSOL. Não posso deixar de falar uma frase, ainda que se tenha falado muito e se ainda continuará, acerca da morte da Marielle. Tanto que se falou e hoje pela manhã eu escutei uma informação – Fernanda, Alex e Robaina – sobre um trabalho que ela fazia de assistências aos familiares de policiais mortos no Rio de Janeiro. Eu acho que essa ação dela, uma ação silenciosa de apoio aos familiares dos policiais, mostra o quanto é irracional e intolerante o discurso que se ouviu pelas redes sociais, inclusive de desembargadores e deputados, mais ou menos atribuindo a ela, como defensora dos direitos humanos, a responsabilidade pelo que lhe aconteceu. É realmente inominável alguém que se posiciona dessa forma.

Mas eu queria falar aqui de um tema já repetido por alguns Vereadores que me antecederam. O que parece aqui é que o Prefeito Marchezan, se é que podemos

chamar assim, está atuando contra a Cidade, está ideologizando tudo. É mais ou menos como se um Prefeito comunista assumisse a Prefeitura de Porto Alegre e, no dia seguinte, publicasse decretos estatizantes geral. Tudo estatizado. Os meios de produção serão estatizados. É isso o que está fazendo o Marchezan. Sobe aqui, faz essa fala representada pela fala do Ver. Ricardo Gomes, que foi seu secretário e que pediu para sair do seu secretariado, quando o Prefeito encaminhou o projeto do IPTU. O Ricardo Gomes fala que tudo o que a iniciativa puder fazer com plenitude, deve fazer. Ora, a questão toda do processamento de dados trata do setor de inteligência do Município. Há setores do poder público que não podem ser entregues para a iniciativa privada. Primeiro, porque esse tipo de setor vai gerando um conhecimento que nenhuma empresa privada tem, pois, justamente, as pessoas que estão ali, os servidores que estão aqui, tais como a Vera — e não estou falando para agradá-los, estou falando, porque é uma concepção —, vão gerando um conhecimento insubstituível. Enquanto que a iniciativa privada está aqui hoje, contratada, prestando um serviço e amanhã estará em outro lugar. Portanto, ela não gera aquele acúmulo de conhecimento necessário para fazer as transformações que o Município precisa. Eu conversei com um dos servidores, que não sei o nome, e ele me mostrou o convite para receber um prêmio. A Procempa receberá um prêmio, nos dias 16, 17 e 18 de abril, em São Paulo, do Instituto Cidades Inteligentes do Rio de Janeiro. O prêmio será conferido em São Paulo, pelo trabalho denominado Sistema Integrado de Gerenciamento de Internações. É um dos prêmios que a Procempa receberá. Estão convidando o Prefeito para ir a São Paulo para receber esse prêmio. Eu fico me perguntando o que fará o Prefeito diante desse convite. Quer privatizar, mas está recebendo — parece até uma ironia —, neste momento, um convite para receber um prêmio, um reconhecimento internacional, por um trabalho desenvolvido pela Procempa. E fica bem claro aqui, o prêmio será entregue, exclusivamente, ao Prefeito Municipal, ou seja, não aceitam representantes. O prêmio é feito por um instituto privado — ele que gosta tanto da privatização —, não é um órgão governamental, até onde sei, é o Instituto Smart City Business América, tem até um *business* no nome para agradar ao Prefeito. Está premiando a Procempa por um trabalho realizado, e o Prefeito deverá receber pessoalmente, caso contrário, não receberá o prêmio. Então, vejam em que situação o Prefeito Marchezan se coloca. Ele está sendo convidado, pelo reconhecimento de um trabalho feito pela Procempa, em que ele deverá ir a São Paulo receber. Então, essa é uma das tantas situações que Porto Alegre tem decaído no conceito, na autoestima porque temos um Prefeito que seria aqui o sócio majoritário da empresa, mas que está atacando a sua própria empresa e a Cidade. Esperamos que o Prefeito vá a São Paulo, receba, mude de ideia e passe a tirar a ideologia do debate, analisar o caso, analisar a competência da Procempa e das outras empresas públicas e deixe de lado as privatizações, que é o seu mantra desde que entrou, antes de entrar e continua irracionalmente falando. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein):** O Ver. Felipe Camozzato está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

**O SR. FELIPE CAMOZZATO:** Cabe ressaltar diante da apresentação da Sra. Vera Guasso sobre a questão do setor estratégico e por isso se justifica uma estatal. Cabe lembrar que estatal nada mais é do que empresa controlada por políticos, ela não respeita as regras do mercado, ela sofre influência política, inevitavelmente, e diria que mais estratégico do que uma empresa de processamento de dados seria o setor de alimentação, e nem por isso temos restaurantes estatais, produtores de alimentos. Aliás, a desculpa do setor estratégico geralmente justifica a criação e a manutenção de estatais, que nada mais fazem do que abrigar espaços para uso político das instituições. A Ver.<sup>a</sup> Fernanda comenta que o que pode dar lucro pode ser entregue à iniciativa privada, que essa era a intenção Prefeito Marchezan, e tudo que pode dar lucro quer ser entregue à iniciativa privada. Aí, cabe a lembrança aqui de que a própria Procempa vem dando prejuízo. Nos últimos dois anos de balanços publicados, R\$ 8 milhões, em 2016; R\$ 3,5 milhões, em 2015. Acho um absurdo a frase da Ver.<sup>a</sup> Fernanda, com todo o respeito que tenho pela sua pessoa, mas dizer que o Governo deve R\$ 20 milhões à Procempa, logo, não há déficit. Ora, o dinheiro da Procempa é todo oriundo do Governo. Então, isso é o mesmo que um filho chegar para o seu pai e dizer que ele não pagou a mesada que prometeu. Isso é absurdo e me surpreende uma afirmativa dessas. Cabe lembrar que a Prefeitura, no último ano, aportou R\$ 137 milhões à Procempa e tem uma receita de R\$ 90 milhões, sendo um serviço caro e monopolizado no fornecimento à entidade municipal. Isso dá quase R\$ 50 milhões. Cabe lembrar que R\$ 50 milhões seriam muito bem-vindos na área de segurança pública, ou mesmo na FASC, que foi citada aqui. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein):** O Ver. Prof. Alex Fraga está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

**O SR. PROF. ALEX FRAGA:** Boa tarde, Presidente Valter, fico feliz – falo em nome do meu partido – que a sua saúde esteja se restabelecendo. Gostaria também de saudar a nossa convidada Vera Guasso, representando os servidores da Procempa. É importante dizer, complementando o que já foi falado anteriormente pela minha colega de bancada Ver.<sup>a</sup> Fernanda Melchionna, que a prestação do serviço público por terceirizações, o que está muito em voga e é defendido por muitos membros desta Casa Legislativa, não necessariamente está associada a uma prestação adequada dos serviços. Quando há terceirização de serviços, como ocorreu, por exemplo, no DMAE, na leitura dos registros, nós tivemos a Prefeitura com um prejuízo monstruoso, porque o serviço era malfeito, sem responsabilidade, sem a análise dedicada que era feita pelos servidores até então. A Prefeitura vem correndo atrás desse prejuízo criado a partir dum processo de terceirização irresponsável de um serviço importante para a

nossa Cidade. Nós sabemos que as empresas terceirizadas precisam de chamadas abertas para fazer com que haja um giro nas suas demandas, aumentando, assim, os seus ganhos. É lamentável que haja um pensamento tão apequenado por parte de alguns, que acreditam que o serviço público deva ser perseguido, demonizado e tido como bode expiatório para todos os problemas políticos e econômicos da atualidade. Nós sabemos que a falta de responsabilidade e o uso político das instituições é o que as precariza. Se nós tivéssemos uma gestão séria, competente e idônea, metade dos problemas dessas instituições não aconteceriam. É isso que lamentamos, e é por isso que estamos cada vez piores, porque o uso político da estrutura que presta serviço à nossa Cidade e à nossa população é muito malfeito, feito com grande irresponsabilidade. Esse é o nosso posicionamento, um grande abraço a ti, a todos os servidores da Procempa e ao trabalho essencial que é prestado na área de informação, quando sabemos que quem detém informação na sociedade atual detém argumentos, poder, as chaves do futuro. Um grande abraço. (Palmas.)

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein):** O Ver. Cláudio Janta está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

**O SR. CLÁUDIO JANTA:** Sr. Presidente, Vera Guasso, funcionários da Procempa, querem vender a Carris sob a alegação de que a empresa dá prejuízo, mas também querem vender outras empresas que dão lucros, como é o caso da Procempa, do DMAE, e outras empresas do Município. Querem vender porque estamos vivenciando uma política de vender, de entregar patrimônio público, o que ajuda a população de Porto Alegre, o que vem se desenvolvendo e fazendo as coisas acontecerem para a iniciativa privada. A Procempa, hoje em dia, é responsável por várias empresas que atuam em Porto Alegre, tem a sua fibra ótica, está aí trabalhando, desenvolvendo, levando informações, alimentos, bebidas para as pessoas. E essa tentativa de venda não vem de agora. Há muito tempo tentam sucatear a Procempa para, depois, vendê-la. Ou seja, tentam destruir o que é público. E isso acontece com o DMAE e com todas as empresas públicas. No mundo inteiro, França, Inglaterra, Alemanha, Holanda, as empresas públicas são as mais fortes, porque são administradas como as suas concorrentes. O que ocorre na Procempa é que a empresa, geralmente, é feita de cabide de emprego. Normalmente, ela é usada pelos governos para sair do seu foco. Isso nós vimos acontecer agora, já foi dito aqui. Estava lá o Sr. Michel operando por fora, para outras empresas, para tirar o foco da Procempa. Então, quando a Procempa está focada com os seus servidores para atender as demandas da população de Porto Alegre, ela funciona muito bem, assim como o DMAE, como qualquer empresa da Holanda, da Alemanha, como qualquer empresa estatal do mundo inteiro. A gente conhece e endeusa essas empresas, mas eu acho que chegou o momento de nós endeusarmos as empresas daqui e que prestam um grande serviço à população de Porto Alegre. E a nossa empresa de processamento de dados é uma delas. Então, vocês podem contar

conosco aqui nesta Casa. Uma empresa pública não pode ser vendida, não pode ser desfeita, se a Câmara de Vereadores, por 24 membros, não der o seu *o.k.* E nós, com certeza, estaremos aqui para defender esse patrimônio público do povo de Porto Alegre. Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não revisado pelo orador.).

**O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein):** Obrigado, Ver. Cláudio Janta. A Ver.<sup>a</sup> Sofia Cavedon está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento, pela oposição.

**A SRA. SOFIA CAVEDON:** Agradeço, Presidente. Quero cumprimentar a Vera Guasso, uma militante que respeitamos muito; na sua pessoa todos os colegas e as colegas, trabalhadores e trabalhadoras da Procempa. Reafirmar aqui que o manifesto de vocês diz com muita contundência e muita pertinência: a empresa que tem em seu maior acionista o seu principal antagonista, com poderes plenos para cercear os recursos da instituição, faz com que cada vez mais seja difícil continuar servindo o Município de Porto Alegre com a qualidade histórica que ela tem. Então, essa é a grande denúncia que vocês trazem aqui.

Quem está boicotando a Procempa é o Governo Municipal, é o Município de Porto Alegre, que tem os melhores serviços, que poderia ter os seus serviços prestados nessa área pela Procempa. Eu quero lembrar aqui que fui gestora na educação e me lembro como conseguimos ser vanguarda na informatização da escola, na constituição dos espaços informatizados em todas as escolas municipais, chegando na periferia da Cidade a tecnologia da informação através da nossa Procempa. A Procempa já, sim, Ver. Camozzato, é um prestador de serviço que não recebe pelo serviço que presta à Prefeitura – porque essa é a relação da Procempa com a Prefeitura. A Procempa trabalha fundamentalmente para a Prefeitura e a Prefeitura não paga, é vergonhoso ela mesma denunciar ou dizer que a Procempa tem déficit, quando ela é inadimplente, quando ela aposta que a empresa não trabalhe corretamente, com qualidade, porque ela não paga a sua empresa de processamento. E mais: o Ver. Adeli falou aqui, e quero falar em nome da oposição, sobre os desmandos inaceitáveis na Companhia de Processamento de Dados de Porto Alegre. Esconder CCs que tiveram problemas em outras Secretarias foi prática recorrente com a Procempa; comprar, adquirir, desviar a função da Procempa gerou CPI nesta Casa, e nós não admitimos que hoje o Prefeito se aproveite disso para vender uma rede de dados poderosa, uma Infovia, uma capacidade técnica que se nós tivéssemos que contratar, custaria muito mais caro do que hoje a Prefeitura deve para a Procempa. Portanto, nós vamos defender a Procempa, sim, e exigimos que o Prefeito Marchezan mostre a competência que ele anunciou que teria para governar, Presidente, porque nós não vamos abrir mão da empresa e pagar lucros privados para ter acesso à informática, informatização de postos de saúde, de escolas e de dados que interessam aos interessam aos municipais. Então, toda força para a

resistência dos nossos colegas municipais e municipais, a Procempa pública e a serviço do interesse público.

(Não revisado pela oradora.)

**O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein):** Agradecemos a presença da Sra. Vera Guasso, representando o Sindicato dos Trabalhadores em Processamento de Dados do Rio Grande do Sul. Estão suspensos os trabalhos para as despedidas.

(Suspendem-se os trabalhos às 15h14min.)

**O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein – às 15h15min):** Estão reabertos os trabalhos.

Esta Presidência faz um Requerimento solicitando a transferência do período de Grande Expediente para a próxima Sessão. Em votação. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

O Ver. Tarciso Flecha negra está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

**O SR. TARCISO FLECHA NEGRA:** Boa tarde, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras. Presidente Valter, é uma alegria imensa, seja bem-vindo! Todos aqui sabem que a cidade de Porto Alegre precisa de locais de descanso, convívio, áreas com mais verdes - isso aumenta a quantidade de pessoas na rua, beneficiando a segurança, além de ser um componente de melhoria na economia local. Um dos meus grandes sonhos era ver a Rua da Praia revitalizada. Quando eu cheguei, em 1973, em Porto Alegre, o pessoal falava na Rua da Praia, e eu não via a praia; Rua da Praia que não tem praia, mas é uma rua linda em que eu moro há 20 anos. Para transformar a Rua da Praia em uma área com maior convivência, apresentei, ao Poder Executivo, uma indicação de revitalização do trecho, na Rua dos Andradas, entre a Rua Gen. Bento Martins e a Rua Caldas Júnior, com mais iluminação, totalmente humanizada, com espaço de convivência instalado sobre as vias públicas, que pode ser equipado com bancos, mesas, guarda-sóis, os chamados *parklets*. O projeto teria por finalidade embelezar o espaço, facilitar o fluxo de veículos, fomentar o comércio da região. Essa é a revitalização da Rua dos Andradas, já está em andamento. Nesta semana deve ser inaugurado o primeiro *parklet* em frente o Boteco Histórico, um bar referência no nosso centro histórico. Outras mudanças virão a seguir, conforme a indicação que apresentei à Prefeitura, aos poucos a EPTC irá modificar o trânsito na região, proibindo o estacionamento de veículos no trecho, mas tudo será feito com calma, estabelecendo um diálogo com a comunidade do entorno. Ao se trazer os bancos como área de permanência, a calçada deixa de ser um lugar só de passagem, para ser também um local onde as pessoas possam desfrutar, tomando chimarrão, lendo um livro. E não existe um lugar melhor para um encontro em Porto Alegre do que a Rua dos Andradas, que é um ponto de referência cultural da nossa história, é um cartão postal de Porto Alegre. A Rua da Praia

que passa perto do Mercado Público, que passa por todos aqueles pontos que são os nossos cartões postais, como a Igreja das Dores, onde muitas pessoas vão fotografar; as casas mais antigas; o boteco histórico. A Prefeitura está de parabéns, junto com os engenheiros, a EPTC, por essa sensibilidade. Aqui está o primeiro *parklet* da Rua da Praia, que é o bairro histórico da nossa Cidade. Um bairro lindo, e vai ficar muito mais lindo com esse primeiro *parklet*, isso era um sonho. Assim como o Museu do Negro é o meu sonho, a Rua da Praia também era, pois há 10 anos que venho pedindo mais iluminação para a Rua da Praia para uma melhor convivência, Ver. Reginaldo Pujol, e vamos ter uma Rua da Praia como o cartão postal de Porto Alegre, onde estão todos os locais históricos da nossa Cidade, como o Mario Quintana e outros. Então, parabéns ao Poder Público por essa sensibilidade de tornar a nossa Cidade uma cidade muito mais linda. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

(O Ver. João Carlos Nedel assume a presidência dos trabalhos.)

**O SR. PRESIDENTE (João Carlos Nedel):** Obrigado, Ver. Tarciso.

A Ver.<sup>a</sup> Sofia Cavedon está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

**A SRA. SOFIA CAVEDON:** Sr. Presidente, senhores e senhoras, colegas do DMAE, prezado público que nos acompanha aqui, que luta pelos recursos para a Parada Livre, vamos construir essa vitória. Eu quero falar da Semana da Água. A nossa Câmara Municipal tem, através da sua Frente Parlamentar, principalmente por parte do protagonismo dos funcionários e das funcionárias, uma semana rica, propositiva, que vai acontecer aqui, começando hoje com uma exposição bastante qualificada – sugiro que todos e todas possam ler e se apropriar dos elementos que trazem aqueles que seguram a história desse departamento por todos esses anos, e que chegou já, sim, a organizar a oferta a cem por cento da população de Porto Alegre de água tratada, e já, no ano passado, chegou a 60% de tratamento do esgoto da nossa Cidade com recursos próprios ou buscando recursos de financiamento público, fazendo a gestão, com pagamento em dia como é o nosso órgão, o DMAE, superavitário, que tem hoje em caixa, Ver. Oliboni, nosso Líder – a quem agradeço o espaço –, mais de R\$ 100 milhões em caixa. E o Prefeito falando em privatizar o DMAE, assim como mira as outras empresas públicas. O DMAE tem, Ver. Nedel, mais de R\$ 100 milhões em caixa, capacidade técnica e financeira de contratar as obras que ainda faltam, que estão projetadas, que estão no Plano Municipal de Saneamento Básico e que, até 2025, chegarão ao tratamento total dos esgotos na cidade de Porto Alegre. Portanto, um órgão que planeja, um órgão que avalia, um órgão que atua, um órgão que dialoga com a cidade de Porto Alegre, com uma tarifa módica, elogiada pelo mundo, pela sua modicidade, pela sua modulação, tratando quem menos pode pagar com um valor menor, uma tarifa social, e cobrando de maneira justa de quem pode pagar. O DMAE, senhores, diferentemente do que alguns acreditam, é uma empresa pública de qualidade;



se tem problemas, como na Lomba do Pinheiro que vai fazer uma caminhada em protesto, é porque os gestores erram, porque houve em Porto Alegre, por exemplo, a centralização das decisões da retirada da autonomia do DMAE para fazer as contratações previstas, rotineiras para os insumos e investimentos para dar continuidade ao seu trabalho. O DMAE está hoje com 1.600 funcionários. Sabem senhoras quantos cargos vagos há no DMAE? Dois mil e cinquenta e três cargos vagos. O que significam esses cargos vagos? Todos foram criados para o tratamento da água e do esgoto, extensão de água e esgoto na cidade de Porto Alegre. E o DMAE vem sendo sucateado, vem tendo reduzida a sua condição técnica, o que é gravíssimo porque os funcionários mantêm, com muitas horas extras, com muito empenho, um trabalho sério e qualificado a que há pouco me referia. Dois mil e cinquenta e três cargos vagos no DMAE, que hoje é um terço do que poderia ser, Vereadores, Vereadoras, na sua capacidade; portanto, com riscos seriíssimos. Olhem a notícia que está hoje sobre o Pará, com contaminações com metais pesados na água que serve às populações ribeirinhas, o risco que pode acontecer de nós não termos nem treinamento, porque essa capacidade de gerir todos os equipamentos que o DMAE têm não é uma capacidade que vem pronta da universidade. É preciso treinar funcionários, que aprendem na gestão com os funcionários mais antigos, e a não reposição de trabalhadores do DMAE pode causar sérios riscos à cidade de Porto Alegre. Eu encerro dizendo que, nessa Semana da Água, nós precisamos ter seriedade, ter qualidade no debate sobre a vontade que tem o Prefeito Marchezan de privatizar parte do nosso DMAE. Vejam que as obras da Copa nem acabaram e já custam mais de R\$ 100 milhões. E nós sabemos que as obras da Copa, paralisadas, erradas, são resultado, Ricardo Gomes, de projetos privados cedidos pelo sistema FIERGS. Privados foram os projetos, erros nos projetos de iniciativa privada, doados à Prefeitura custam hoje mais de R\$ 100 milhões de obras da Copa. E poderia aqui dar muitos exemplos do que significa gestão privada, porque em Paris, várias cidades do mundo, na Argentina, estão retomando a gestão pública da água, porque as empresas privadas que assumiram majoraram a tarifa. São denúncias e denúncias de irregularidades, de desvio, de corrupção, de não transparência e aumento dos custos do trabalho que, hoje, o nosso DMAE faz com transparência, com o Conselho Deliberativo, com participação da sociedade e com o controle público. Portanto, Semana da Água é semana de defesa do nosso DMAE público e com capacidade de atuação e de serviço na cidade de Porto Alegre.

(Não revisado pela oradora.)

**O SR. PRESIDENTE (João Carlos Nedel):** O Ver. Ricardo Gomes está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

**O SR. RICARDO GOMES:** Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, eu queria comentar sobre o dia de São Patrício ou Saint Patrick's Day, evento que ocorreu, neste sábado, em diversos locais da Cidade, entre eles, na Rua Padre Chagas, ali no bairro Moinhos de Vento. Este ano houve uma confusão muito

grande e um verdadeiro retrocesso na organização deste evento, que se tornou uma festa popular que acontece na Cidade, por iniciativa das pessoas e não de empresas ou organizações. No ano passado, nós fizemos um esforço para organizar esta festa que sabíamos que aconteceria. Então, à frente da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, fizemos reuniões com os moradores e os empresários do local e conseguimos um modo de organização inicial, um primeiro modelo. Neste modo de organização, os empresários da região colocaram 60 banheiros químicos à disposição das pessoas na Rua Padre Chagas; colocaram, às suas expensas, duas ambulâncias de plantão naquela rua, colocaram seguranças privados que ajudavam a identificar os vendedores ambulantes e a apontá-los para a fiscalização e para a Guarda Municipal. Estes comerciantes bancaram a lavagem da Rua Padre Chagas, pagando as custas do DMLU de varredura e de lavagem com caminhão pipa. Estes comerciantes bancaram as horas extras da Brigada Militar, da Guarda Municipal e o equipamento que a EPTC usou, tal como cones e cavaletes. Foi um início de uma organização que possibilitou que o evento acontecesse sem grandes incidentes, com pequenos problemas, sim. Sabíamos que ocorreria incomodação aos moradores, mas sabíamos que uma organização ajudaria a mitigar aqueles danos na região. Pois bem, este ano foi dado um passo atrás. Não porque o Município assim quis; não porque os empreendedores não queriam o evento. Os empreendedores inclusive conseguiram um patrocinador, que colocaria R\$ 1 milhão para sistemas de segurança, para mais banheiros químicos, para fechar o perímetro e evitar o acesso de vendedores ambulantes, transformando o Saint Patrick's Day da Rua Padre Chagas cada vez mais num evento mais bem organizado e capaz de agregar valor para a região e para Porto Alegre.

O que é que aconteceu este ano? Sob a liderança de alguns poucos moradores que eram absolutamente contra o evento, conseguiram espantar esse patrocinador e conseguiram, junto ao Ministério Público, uma intervenção para que o Município não organizasse com os empreendedores a mesma coisa que organizou no ano passado. Foi um retrocesso. E o resultado do retrocesso está nos jornais do dia de hoje. O evento foi pior para a vizinhança do que o do ano passado. Sabemos que, no ano passado, houve um impacto na vizinhança. Queríamos que aquele modelo de organização evoluísse, fosse melhorado de um ano para outro. Foi possível, em um momento, que isso tivesse acontecido, mas a vanguarda do atraso, alguns moradores, poucos, um punhado, queriam que o evento não acontecesse e não que ele acontecesse de forma organizada. Estes poucos venceram uma queda de braço, que produziu este ano um impacto maior ainda na vizinhança. Este foi o resultado. Entre um extremo de proibir um evento – eu pergunto de que forma o Município faria isso, colocaria caminhões da Brigada Militar a impedir o acesso das pessoas na Rua Padre Chagas? –, entre um extremo, que seria impedir o evento e o outro extremo, de deixá-lo acontecer de forma desorganizada, existe o meio do caminho: o Município e os empreendedores trabalhem para produzir um evento mais organizado para diminuir o impacto na vizinhança e para produzir ali uma festa que engrandeça a cidade de Porto Alegre. É uma festa espontânea, acontece em diversos locais da Cidade. É a maior festa de Saint Patrick's Day do mundo fora da Irlanda – alguns querem que ela não aconteça. O

Município não tem como impedir que ela aconteça. Cabe a nós propormos uma organização cada vez melhor para evitar os impactos na vizinhança, senão estaremos fingindo que não estamos vendo que esse evento existe, que pode ser muito positivo e que vai ser perene em Porto Alegre. Vou dar um exemplo: no ano passado os bares da região lucraram muito e pagaram impostos sobre o lucro de toda venda de cerveja que aconteceu. Neste ano, proibidos de fazerem essa venda na rua, foram vencidos pelos ambulantes, pelo comércio informal. Será que é esse o modelo que essas pessoas que são contra pretendem ver vigorar em Porto Alegre? Ou nós queremos uma festa cada vez mais organizada, cada vez melhor para a Cidade, que atraia turistas e que contribua para a valorização do bairro e da cidade de Porto Alegre? É nisso que eu acredito, Presidente: que nós podemos melhorar a organização. Mas se fingirmos que podemos proibir esse evento, o impacto na vizinhança será cada vez maior. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

(A Ver.<sup>a</sup> Mônica Leal assume a presidência dos trabalhos.)

**A SRA. PRESIDENTE (Mônica Leal):** O Ver. Mendes Ribeiro está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

**O SR. MENDES RIBEIRO:** Sra. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, público que nos acompanha das galerias e pela TVCâmara. Falo em Liderança pelo PMDB, agradeço aos Vereadores meus colegas de bancada e à nossa Líder, neste mês das mulheres, Ver.<sup>a</sup> Comandante Nádia, muito obrigado por este espaço. Quero aproveitar o gancho do Ver. Ricardo Gomes, que falou sobre o comércio informal, sobre os ambulantes, que está demais o descaso da fiscalização com esse tipo de comércio. Quero falar da morte de um comerciante desses ilegais, ambulante, no Hospital Conceição na semana passada, morto por um flanelinha, Ver. Ricardo. Isso não é um descaso desse Governo - a gente sempre tem de fazer a *mea culpa* -, vem já desde o Governo passado. Este Vereador aqui foi mais de quatro vezes à SMIC, com um ofício para três diretores diferentes do Hospital Conceição, pedindo a retirada dos comerciantes ilegais da frente deste hospital. Aquilo ali é um descaso, é uma bagunça. As pessoas vão procurar o Hospital - sabemos a quantidade de gente que procura o Hospital Conceição - e não conseguem entrar no Hospital pelo número de ambulantes que tem na frente. Sem falar da questão de saúde pública. Estamos em frente ao Hospital, onde tem comércio de comida que atrai bichos, atrai pombas. E o Hospital fica refém da sujeira e desses vendedores ambulantes. Espero que a morte desse ambulante, na semana passada, sirva de exemplo, sirva de lição para que a Prefeitura faça o seu trabalho fiscalizatório e retire aqueles ambulantes da frente do Hospital Conceição. Sempre tem uma morte para a gente resolver os problemas, infelizmente, mas espero que a Prefeitura tome providências e retire aqueles ambulantes lá da frente do Hospital Conceição. Era esse o recado que eu queria dar; é importante a gente subir nessa tribuna e falar das coisas que acontecem na nossa Cidade, porque a gente trabalha

para tentar melhorar, para tentar avançar, para evoluir. Não tenho nada contra os vendedores ambulantes, mas eu tenho a favor da minha Cidade, que é uma Cidade organizada, uma Cidade que respeita as pessoas. Então, fica o apelo deste Vereador da Bancada do PMDB para que se tomem providências e se retire os ambulantes da frente do Hospital conceição. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**A SRA. PRESIDENTE (Mônica Leal – às 15h42min):** Havendo quórum, passamos à

### **ORDEM DO DIA**

(O Ver. João Carlos Nedel reassume a presidência dos trabalhos.)

**O SR. PRESIDENTE (João Carlos Nedel):** O Ver. Cláudio Janta solicita Licença para Tratar de Interesses Particulares no dia 15 de março de 2018. Em votação. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que aprovam o Pedido de Licença permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

### **VOTAÇÃO NOMINAL**

**(encaminhamento: bancadas/05 minutos/sem aparte)**

**PROC. Nº 2745/17 – VETO PARCIAL ao PROJETO DE LEI DO EXECUTIVO Nº 024/17,** que estima a receita e fixa a despesa do Município de Porto Alegre para o exercício econômico-financeiro de 2018.

#### **Parecer:**

- da **CEFOP**. Relator Ver. Idenir Cecchim: pela manutenção do Veto Parcial.

#### **Observações:**

- para aprovação, voto favorável da maioria absoluta dos membros da CMPA – art. 77, § 4º, da LOM;
- votação nominal nos termos do art. 174, II, do Regimento da CMPA.

#### **Na apreciação do Veto, vota-se o Projeto:**

**SIM** – aprova o Projeto, rejeita o Veto;

**NÃO** – rejeita o Projeto, aceita o Veto.

- trigésimo dia: 02-03-18 (sexta-feira);

- Emenda nº 96 NULA por falta de quórum.

**O SR. PRESIDENTE (João Carlos Nedel):** Em votação nominal a Emenda nº 96, destacada, ao PLE nº 024/17, com Veto Parcial. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **REJEITADA** a Emenda nº 96 por 15 votos **SIM** e 07 votos **NÃO**. Mantido o Veto Parcial.

Em votação a Emenda nº 101, destacada, ao PLE nº 024/17, com Veto Parcial. (Pausa.) O Ver. Roberto Robaina está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 101, destacada, ao PLE nº 024/17, com Veto Parcial, como autor.

**O SR. ROBERTO ROBAINA:** Boa tarde Vereadores e Vereadoras, Presidente Nedel, organizações que aqui estão presentes, que, aliás, já vieram várias vezes: Nuances, Somos, Outra Visão, os movimentos LGTB em defesa dos direitos civis. Nós temos uma proposta que é simples, que envolve um recurso muito, muito pequeno – na verdade, insignificante –, mas é uma proposta que tem um valor cultural, civilizatório, porque ela diz respeito a um apoio mínimo, elementar, à parada LGBT em Porto Alegre, que é uma parada histórica. Nós temos condições em Porto Alegre, por ser uma cidade de vanguarda, de ser, sim, uma referência na luta pelos direitos civis. O próprio Ver. Moisés, que hoje não se encontra aqui presente entre nós, que é Líder do Governo, fez uma proposta para que a parada LGBT entre no calendário de Porto Alegre. Ele fez essa proposta, mas não quer dar o mínimo de apoio real, material, que realmente demonstre algum nível de preocupação com a existência da Parada. Eu já tenho argumentado – o Ver. Dr. Marcelo Rocha, na semana passada, também argumentou –, que a Parada, além de ser um evento cultural, um evento em defesa dos direitos civis, um evento em defesa de um tipo de civilização onde a emancipação exista de verdade, onde o respeito à diversidade exista de verdade, pode ainda ter bons resultados econômicos para a Cidade. Por quê? Porque anima a Cidade, porque é um dia em que nós temos condições de fazer um grande acontecimento de massa, fazer com que Porto Alegre entre no circuito, não só do interior do Estado, não só de outras cidades do País, mas também no Cone Sul. Se Porto Alegre aceitar, se quiser, Porto Alegre pode ser uma referência. Porto Alegre foi uma referência quando promovia, por exemplo, os eventos do Fórum Social Mundial. Não é que já não exista essa cultura, existe essa cultura, existem centenas de milhares de pessoas com a consciência da necessidade da afirmação da identidade, da liberdade, do respeito à diversidade. Essa consciência já existe. Agora, o Poder Público tem que dizer se apoia essa consciência, se apoia esse tipo de manifestação que afirma valores democráticos quando a nossa sociedade, uma parte dela, sobretudo, está avançando na afirmação dessa diversidade. Não é à toa que nós temos pesquisa que indica que, pelo menos, 30% da nossa juventude já teve experiências LGBT, experiências que mostram que também no terreno sexual há uma afirmação de liberdade, inclusive da liberdade de escolha. A ideia da repressão, da opressão, está perdendo força, e o Poder Público tem que escolher se quer apoiar essa cultura ou tolher todos os espaços de manifestação. A ideia de que não se pode destinar nenhum tipo de recurso a um evento como a parada LGBT, que tem, inclusive, capacidade de gerar renda para a Cidade, é uma coisa que não se sustenta. Nós não estamos fazendo uma proposta que exija recursos importantes; estamos

fazendo uma proposta que tira R\$ 60 mil do programa de estudos do Governo Marchezan para privatização. No orçamento do Governo tem uma parte que é destinada a estudos para privatizar! Nós estamos retirando R\$ 60 mil dessa rubrica. Levem em conta que esse recurso, com a redução de um único cargo de confiança, seria suficiente para garantir que a Parada tivesse esse apoio mínimo. De fato, eu já tenho dificuldades para fazer apelos ao Governo, porque ele é cego para isso. O Governo Marchezan é recessivo, ele não aposta em investimentos de nenhum tipo! Então é muito difícil que o Governo Marchezan veja que na parada LGBT tenha inclusive uma possibilidade de fazer com que a economia da Cidade se movimente, porque ele quer fechar tudo, quer que haja repressão para todos os eventos, quer que a Prefeitura controle tudo. Não se pode fazer nada na Cidade, se depender da lógica do Governo Marchezan! Por exemplo, ele conseguiu fazer algo inédito: liquidou com o carnaval este ano! No caso da parada LGBT, ele está tentando fazer algo inédito também, porque, por exemplo, o Governo do PMDB dava apoio à Parada, o Fogaça deu apoio à Parada, o Fortunati deu apoio à Parada, os governos do PT deram apoio à Parada! Só não deram apoio os governos do regime militar, porque a Parada não existia! Se nós estivermos falando de um grande apoio financeiro, seria compreensível, mas nós estamos falando de um recurso mínimo, obtido com a redução de um único cargo de confiança. E nós estamos propondo que seja retirado esses R\$ 60 mil do programa de privatização do Governo Marchezan. Então, realmente, não se justifica não aprovar essa Emenda. Por isso eu peço que as Bancadas do PDT, do PMDB, do Solidariedade, do PT nos acompanhem, porque nós não podemos aceitar uma lógica recessiva que liquide as expressões da luta pelos direitos civis, que não apoie essas expressões, num País em que sabemos que é um país onde mais se matam pessoas pela sua escolha sexual, pela sua orientação sexual. É inacreditável, o Brasil é muito atrasado nesse sentido! E se o País é muito atrasado nesse sentido, cabe ao Poder Público lutar para que ele avance. Votar contra essa Emenda, significa o Governo Marchezan dar um sinal de que não quer que o País avance num terreno tão elementar: defesa dos direitos civis e dos direitos democráticos mais básicos. Por isso pedimos o apoio para a nossa proposta. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

(A Ver. Mônica Leal reassume a presidência dos trabalhos.)

**A SRA. PRESIDENTE (Mônica Leal):** O Ver. Marcelo Sgarbossa está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 101, destacada, ao PLE nº 024/17, com Veto Parcial.

**O SR. MARCELO SGARBOSSA:** Uma boa tarde a todos e a todas, novamente, é uma pena que o Ver. Moisés não esteja aqui no Plenário, porque as críticas que lhe foram feitas são muito procedentes, na medida em que o Vereador talvez não compreenda – eu respeito a sua opinião – que o papel de um parlamentar não é substituir as pessoas ou os movimentos. E o Ver. Moisés, sem dialogar com o

movimento, trouxe uma proposta, Ver. Oliboni, que, logicamente, não foi aceita. Eu até escutei, não lembro de quem, mas não importa, que se tivesse sido proposta por um Vereador de partido de esquerda, um Vereador da oposição, seria diferente. O Vereador de um partido de oposição ou de esquerda, que conhece o movimento, não faria a proposta porque justamente respeita a autonomia do movimento e poderia ser um canal do movimento dentro da instituição. Então, fiz essa crítica diretamente ao Ver. Moisés e agora o faço publicamente. Eu acho que é importante – o Ver. Robaina já colocou – que quando um Prefeito deixa de apoiar uma manifestação como a Parada Livre, não é uma questão meramente de recurso, é uma questão de conceito. E eu acho muito incrível que os Vereadores e o próprio Prefeito, que se dizem liberais, conseguem ser pessoas liberais na economia, mas extremamente conservadoras no direito e na moral, tentando intervir numa esfera privada que, no caso aqui, é o direito à livre orientação sexual. O que eu estou falando aqui tem tudo a ver com direitos humanos que é uma concepção liberal de Estado, ou seja, um sujeito tem uma espécie de redoma da sua individualidade em que o Estado não pode intervir ali. O direito à livre orientação sexual é esse tipo de direito. Está falando aqui alguém estudou isso, mas o Ver. Adeli Sell que é um estudante do direito talvez já tenha passado pela disciplina dos direitos fundamentais que justamente trata desse tema. Direitos liberais, direitos humanos são nitidamente direitos liberais de oposição à intervenção do Estado, ou seja, um conceito tipicamente liberal em que o Estado não pode intervir nessa redoma, digamos assim, nessa individualidade e em vários direitos: na vida, na liberdade e na liberdade de escolha da sua orientação sexual. Então, nós pediríamos aqui que todos os Vereadores entendessem esse tema não como um tema vinculado a algum espectro ideológico da sociedade, mas um conceito de preservação de autonomia desse tema que tem ganhado visibilidade na sociedade. Eu acho importante dizer isso, porque ao contrário do que alguns pensam, colocam a seguinte questão: parece que não existiam pessoas que se manifestavam ou que externavam a sua orientação sexual e agora começaram a externá-la. Sempre houve na história e é muito comum ver nos romanos – o Ver. Moisés está chegando ao plenário, não sei se escutou a minha colocação do seu gabinete –, mas sempre houve quem não concordava com o *standard* estabelecido de que havia apenas duas orientações sexuais. Sempre foi assim, Ver. Robaina. O que acontece, nos últimos anos, é essa possibilidade de visibilidade e uma discussão mais a fundo dos direitos. Acho que o caso da Ver.<sup>a</sup> Marielle é importante, nos últimos dias, inclusive essa pauta, mesmo com a sua morte, o fato dela ser uma mulher, ontem, o Fantástico exibiu a sua companheira, é muito importante, é mais um legado que a Marielle deixa para o debate e para a necessidade de debatermos e tirarmos os estereótipos, tirarmos os preconceitos. Quero repetir aqui: trata-se de um direito humano, fundamental, baseado numa concepção liberal. Por isso é quase incompreensível um Governo como o Marchezan, que se diz liberal, não apoiar a Parada Livre, que justamente prega um direito liberal, um direito humano tão fundamental. Fica aqui o pedido para que aprovemos a emenda, e não é só uma questão de recurso, mas uma questão de concepção e de conceito que temos que defender, todos nós, inclusive o Prefeito. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**A SRA. PRESIDENTE (Mônica Leal):** A Ver.<sup>a</sup> Fernanda Melchionna está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 101, destacada, ao PLE nº 024/17, com Veto Parcial.

**A SRA. FERNANDA MELCHIONNA:** Boa tarde a todos e todas, queria cumprimentar as organizações, além do movimento da Parada Livre: Nuances, Juntos, Mães Pela Diversidade, Outra Visão, Somos e várias representações importantes que constroem há muitos anos a nossa parada LGBT da Cidade de Porto Alegre. A emenda do Ver. Roberto é uma emenda muito importante. Se nós pararmos para pensar, os recursos são pequenos perto da estrutura, justamente pensando - não é, Roberto? -, na ideia de que ela fosse aprovada e que a gente pudesse garantir recursos para a Parada, que, sobretudo, é uma parada de luta e de tirar da invisibilidade o preconceito e a intolerância que ainda impera no País onde, a cada 27 horas, um LGBT é assassinado pela sua orientação sexual, no País que mais mata a população travesti e transexual do mundo! Isso, além de todo o preconceito, da intolerância, do desrespeito, a luta pela educação, e nós temos aqui a entidade Mães pela Diversidade, que cumpre um papel fundamental na defesa de filhos e filhas. Além de tudo isso, a Parada Livre é fundamental para tirar da invisibilidade e transformar em movimento social, na história recente do Brasil, as conquistas que houve. Se nós pararmos para pensar, por exemplo, na decisão do Supremo sobre a união homoafetiva – eu não gosto do termo –, sobre a união estável, foi uma vitória da luta, das Paradas Livres, que estão a cada ano mais fortes, da mobilização da comunidade LGBT, do ocupar as ruas. Essa vitória é fruto de eventos como esse, que nós não podemos tratar como festa, embora seja muito bom que tenha o caráter alegre também. Estão presentes o Luciano, o Marcelo, que também estavam aqui na semana passada, para fazer esse debate; o nosso Vereador da bancada do PSOL também.

O mais contraditório é que nós temos um Governo que tem na sua base partidos que fizeram parte de outros governos, sendo que todos os governos mantiveram a Parada Livre. Nenhum governo na história recente de Porto Alegre teve condições e capacidade de tamanha postura intolerante. Ao contrário! Meu colega Roberto Robaina lembrou bem: só a ditadura militar, só na ditadura militar. Depois disso, em todo o período desta democracia, houve apoio à Parada Livre, não só de Porto Alegre, mas nós estamos falando da nossa e desses recursos que significam cinco meses do salário de um CC7 da Prefeitura de Porto Alegre. E o Roberto tira do projeto de privatização, não tira de áreas sociais, não tira sequer da publicidade, e seria muito bom tirar da publicidade também, como nós tiramos para o Adote, mas tira do projeto de privatizações, que é botar dinheiro público para ver como perder recursos públicos e recursos estratégicos no projeto de privatização do DMAE, da Procempa e de tantos outros que o Prefeito Marchezan quer fazer.

Mais: eu quero saber qual vai ser a posição do Ver. Moisés, do PSDB, que aprovou um projeto incluindo, na Semana de Porto Alegre, a Parada Livre como calendário da nossa Cidade, mas tem que ser coerente com o seu projeto. Vai votar contra a população LGBT? Porque, senão, aí, é demagogia. Lá, no dia, juntam milhares



de pessoas, aí é fácil apoiar a comunidade LGBT, mas, na hora de colocar meta de sexualidade de gênero, no Plano Municipal de Educação, na hora de gravar recurso para a comunidade poder fazer a Parada Livre é que nós vemos quem é quem. Eu quero saber do Ver. Luciano Marcantônio, que foi Secretário dos Direitos Humanos, e que, inclusive, falou numa Parada Livre, assim como eu, que falei em muitas paradas livres, fazendo discurso para a população LGBT, como vai votar nesta emenda? Eu espero, Luciano, com todo respeito que eu tenho por ti, inclusive quando tu foste Secretário, que tu votes conosco nesta emenda. Eu espero que esta Câmara tenha, no mínimo, a unanimidade para garantir o apoio à Parada.

Eu quero concluir dizendo que, embora seja importante o caráter alegre da Parada Livre, este é um evento nacional, em que se luta contra a intolerância, contra o preconceito. Quem faz discurso dizendo que não tem dinheiro para a festa ou está querendo esconder o seu caráter intolerante, homofóbico e “LGBTfóbico”, ou quer fugir da raia para não entrar na raiz dos problemas. Nós entramos na raiz dos problemas: nenhum mais morto, todos vivos pela liberdade e orientação sexual, por ser mulher, por ser negros e negras.

E quero registrar que o Marcelo falou muito bem aqui em relação à nossa homenagem à Marielle. A Marielle vive e vive nas nossas lutas. (Palmas.)

(Não revisado pela oradora.)

**A SRA. PRESIDENTE (Mônica Leal):** A Ver.<sup>a</sup> Comandante Nádia está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 101, destacada, ao PLE nº 024/17, com Veto Parcial.

**A SRA. COMANDANTE NÁDIA:** Obrigada Presidente dos trabalhos, Ver.<sup>a</sup> Mônica Leal, em teu nome, quero cumprimentar os colegas Vereadores, Vereadoras, o público que nos assiste, os telespectadores. Eu não iria falar, mas eu fico impressionada, Ver. Pujol, com a habilidade que colegas Vereadores do PSOL e do PT têm de querer jogar alguns Vereadores contra a população. Ninguém tem nada contra, aqui, a comunidade LGBT, a diversidade sexual. Não tem. Então, não tem que fazer esse joguinho de empurra-empurra, porque não é isso que acontece. As pessoas aqui têm os seus ideais; as pessoas aqui não estão brincando de fazer de conta que trabalham ou não; as pessoas aqui têm suas posições. Engraçadamente, falarei novamente, o PSOL e no PT, têm a mania de jogar branco contra negro, LGBT contra não LGBT, pessoas com deficiência contra pessoas sem deficiência, ricos e pobres. E não é disso que estamos falando aqui! Nós estamos falando de economia caseira, curta e grossa. Quando dentro de casa nós não temos dinheiro para comer o filé mignon, vamos comprar carne de segunda – para que vocês entendam do que estamos falando. Estamos falando de uma Prefeitura que não tem dinheiro para pagar a merenda escolar e, ao mesmo tempo, hoje aqui queremos votar ou não numa emenda que destina algum valor para uma Parada Livre, que ninguém tem nada contra. Porém, nós temos que ser coerentes. Aconteceu o Saint Patrick’s Day com o dinheiro dos empresários; então, busquemos

alternativas para realizar a Parada Livre. Agora, se a Prefeitura não tem dinheiro e está dizendo, de onde vamos tirar? Dinheiro não cresce em árvore! Quanto à Parada Livre entrar no calendário oficial da Cidade, a briga é porque foi o Ver. Moisés que fez e não um Vereador de oposição, porque a oposição sempre tem a mania de dizer que essa pauta é deles. Assim como outro dia fui perguntada por um jornalista como eu, do PMDB, falava a respeito da violência contra a mulher, porque isso era uma pauta só da oposição, da esquerda. Eu disse: desde quando, querido jornalista? Isso é uma pauta de todas as pessoas que cuidam do ser humano da nossa Cidade. Nós temos que parar com esse mimimi de joguinho; nós temos que parar com essa conversa que não leva a nada. Briguinha de colegial, de imaturos. Vamos falar sério para uma Cidade forte, vamos falar sério já que todos somos parceiros aqui para a melhoria da Cidade, mas nós temos que ter o pé no chão. Ninguém vai gastar o que não tem. Então eu peço aos colegas Vereadores e Vereadoras para que tenham, sim, razão nos seus posicionamentos, que pensem com clareza, com ética, com moral, de não fazermos populismo aqui. Não podemos ser hipócritas de falar o que não se tem. Aqui, ninguém é contra a Parada Livre; aqui, ninguém é contra as minorias; aqui, neste plenário, todos os Vereadores têm os seus votos e legislam para toda a Porto Alegre, não para um grupo de pessoas. Nós temos que pensar...

(Manifestações nas galerias.)

**A SRA. COMANDANTE NÁDIA:** Presidente, gostaria de poder continuar sem as manifestações nas galerias.

**A SRA. PRESIDENTE (Mônica Leal):** Por favor, senhores e senhoras, peço a gentileza de deixarem a Vereadora que está na tribuna falar, depois vocês se manifestam. Pode ser? Obrigada.

**A SRA. COMANDANTE NÁDIA:** Nós temos que pensar para toda a Porto Alegre, o que é bom para os porto-alegrenses; é isso que os Vereadores conscientes aqui devem fazer. Obrigada. (Vaias.)

(Não revisado pela oradora.)

**A SRA. PRESIDENTE (Mônica Leal):** O Ver. Ricardo Gomes está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 101, destacada, ao PLE nº 024/17, com Veto Parcial.

**O SR. RICARDO GOMES:** Sra. Presidente, senhoras e senhores, o dia em que este ou outro Parlamento qualquer tiver que decidir quais são as pautas meritórias e quais são as pautas que não são meritórias da sociedade, a liberdade acabou. Acabou! Nós não estamos aqui para dizer se é bom ou ruim, para dizer se merece ou se não merece, se é positivo ou negativo. O dia em que o Parlamento se reunir para dizer se a

Parada Livre é boa ou ruim, já acabou a liberdade. Não é o Parlamento que decide isso, são as pessoas que têm a liberdade de se organizar, de defender as suas pautas, de expressar as suas opiniões, as suas preferências, o seu modo de vida, e nem esta Câmara ou nenhuma outra pode dizer se estão certas ou erradas ao fazê-lo. Querem se reunir pacificamente para o defender o que queiram, isso eu vejo como muito positivo. Vejo que não há nada que possamos ou devamos dizer contra isso – tenha plena liberdade. O que estamos decidindo aqui é uma alocação de recursos de impostos, recursos do cidadão. O Governo Municipal não faz dinheiro. Todo dinheiro que ele coloca em um lugar, ele tirou de alguém, seja em um saco de feijão, em um litro de gasolina, em um saco de arroz, em um serviço pago para uma escola; todo dinheiro que o Município aloca, ele tirou de alguém. A decisão que nós Vereadores temos que tomar é sobre esse dinheiro que estamos tirando do bolso do cidadão, o Executivo vai ser obrigado a colocar aqui, lá ou acolá! A festa mais tradicional da cidade de Porto Alegre, a mais antiga: a Feira do Peixe de Porto Alegre que acontece no Largo Glênio Peres desde 1789, merece alocação de recursos públicos, festa que beneficia as ilhas, os pescadores que estão em situação de penúria econômica? Não há dúvida que merece, não há dúvida que é bom. Como nós fizemos? Reunimos empresários do ramo de pescado que forneciam para essas pessoas, conseguimos que ocorresse a feira do peixe sem recursos da Prefeitura, por quê? Porque falta dinheiro no Município. A partir de junho, os fornecedores já não são pagos porque falta dinheiro. Dívidas são criadas e roladas porque falta dinheiro. É sobre isso que estamos falando, não é sobre o mérito da Parada Livre, porque nem nos cabe como Vereadores decidir se a Parada Livre tem mérito ou não; nós temos as nossas opiniões pessoais, expressadas ou não, mas esta Casa não vai dizer quais são as pautas da sociedade que merecem ou não serem ouvidas. Merece ser ouvida, é óbvio, mas merece recurso público em um momento em que não há dinheiro, e, como disse a Ver.<sup>a</sup> Comandante Nádia, faltou dinheiro para pagar fornecedores do que é mais básico. E o cavalheiro com o boné de Cuba que me contesta, diz que não é verdade. Talvez ele não tenha lido o orçamento que recebemos nesta Casa, talvez ele não tenha lido o resultado da Prefeitura do ano passado, em que faltaram mais de R\$ 300 milhões, e diga: “Tem ‘x’ no orçamento, mas não tem no caixa”. Isso seria uma falsidade com os senhores. Votarmos aqui seria enrolar a sociedade. Votar aqui um orçamento, colocar no papel que esse dinheiro existe, quando o dinheiro não existe. Como aconteceu na Feira do Peixe de 2016, que estava no orçamento, foi garantido aos pescadores e não foram pagas as despesas, os fornecedores não foram pagos, porque o dinheiro não existia. Então, temos que aqui tratar com a verdade, com a transparência. Ninguém é contra a causa; este Parlamento não dirá que é contra a causa, nem que é a favor da causa, apenas dirá, ao rejeitar - e é nesse sentido que encaminhamos a emenda -, que não há dinheiro neste momento para o Município de Porto Alegre financiar causas, sequer há para prestar os serviços básicos. Muito obrigado, Sra. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

**A SRA. PRESIDENTE (Mônica Leal):** O Ver. Roberto Robaina está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 101, destacada, ao PLE nº 024/17, com Veto Parcial, pela oposição.

**O SR. ROBERTO ROBAINA:** Eu fico alarmado com alguns argumentos, porque é realmente incrível. A lógica da Ver.<sup>a</sup> Comandante Nádia é uma lógica... Ela, em geral, faz isto: tem uma atitude desrespeitosa inclusive. Eu sei disso porque quando o Marcelo Rocha, que é o nosso Vereador suplente, estava usando a palavra na semana passada, ela estava dando as costas para ele. E ela veio usar a tribuna para atacar o PSOL, atacar o PT. Ela vem aqui e diz assim: “Eu fico impressionada como o PSOL ataca e desqualifica os Vereadores, tenta jogar os Vereadores contra a população”. Aí ela veio aqui e quer jogar o PSOL... Só que a senhora, quando fala do PSOL, tem que conhecer o nosso partido, senão a senhora vira uma caluniadora – e não é bom ser caluniador! Veja como são tratados os caluniadores, por exemplo, quando eles atuam do jeito que estão atuando, irresponsavelmente, em relação à tragédia da Vereadora do PSOL, que foi assassinada do Rio de Janeiro. Nós temos que parar de falar qualquer coisa. Como disse a senhora, é uma falta de respeito completo dizer que o PSOL quer jogar negros contra brancos, ou quer jogar pessoa que é LGBT contra quem não é. Mas que falta de respeito é essa? Eu sou branco. O PSOL não quer jogar negros contra brancos. Eu sou branco, sou um Vereador branco. Mas no Rio de Janeiro o PSOL também tem Vereadores brancos, mas quem foi assassinada foi uma Vereadora negra! E não foi à toa que foi uma negra assassinada, é porque há, sim, racismo no Brasil! E o PSOL quer dizer que existe racismo no Brasil, não é jogar negros contra brancos, é afirmar a necessidade da luta contra o racismo, que a senhora, como Vereadora, por sinal querendo ser Deputada, deveria, na sua carreira, respeitar mais a necessidade dessa luta. Não é jogar homens contra mulheres ou mulheres contra homens, mas é de fato afirmar que existe machismo. Isso é uma falta de respeito! Eu sou heterossexual, mas ser heterossexual não nos dá o direito de não entender o básico, de que quem morre em função da orientação sexual não é heterossexual, é LGBT! São esses que são assassinados no Brasil todos os dias! E a senhora, como policial, deveria estar preocupada com isso! Mas a senhora não está preocupada com isso! A senhora está preocupada sempre, e isso eu não falo do PMDB de conjunto, porque eu sei que o Carús é diferente, eu sei que o Carús, como Vereador, não está preocupado em organizar com que base eleitoral de gente reacionária, que não entende a luta pelos direitos civis, que não entende a luta dos LGBTs, que não entende a luta dos negros e das negras, que não entende sequer, em última instância, a necessidade da luta feminista. Infelizmente nós estamos em um País em que é necessário afirmar, em que são necessárias políticas afirmativas, por isso é necessária a defesa das cotas para os negros negras nas universidades, por isso que é necessária a Parada Livre. A Parada Livre vai existir independentemente da aprovação deste projeto, porque representa uma luta que está em curso para firmar os direitos civis. O que nós estamos defendendo, Ricardo, é que a Câmara Municipal mostre que ela entende a importância dessa luta. Tu dizias que não cabe aos Vereadores e às Vereadoras definir isso. Cabe sim! Cabe aos Vereadores e às

Vereadoras dizerem o que pensam sobre a luta pelos direitos civis. E nós não estamos... Isso é muito importante: nós fizemos uma proposta que retira dinheiro do projeto de privatização do Marchezan, Ver. Carús, nós vamos ter que estudar, inclusive, o que o Governo vai fazer com esses R\$ 4 milhões que estão previstos para ideia de resgate de planejamento de investimentos. Nós vamos ter que estudar no que o Governo vai gastar esses R\$ 4 milhões. Eu disse: basta tirar um cargo de confiança, basta fazer uma viagem a menos para Paris para ajudar quatro ou cinco paradas LGBTs, basta deixar de fazer um cinema ali no Capitólio, do qual só participam os amigos do rei, os amigos do Marchezan. Então é o mínimo. Eu acho, verdadeiramente, que, do ponto de vista econômico, Ricardo, é um investimento, porque nós transformamos Porto Alegre em uma referência da luta pelos direitos civis – isso que Porto Alegre já é uma referência nessa luta –, e a Prefeitura pensar essa luta como uma marca da Cidade, como algo com que a Cidade precisa se preocupar, vai nos ajudar em termos econômicos, porque vai atrair também pessoas para investir na nossa Cidade. Por isso que até do ponto de vista econômico vale a pena aprovar essa emenda. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**A SRA. PRESIDENTE (Mônica Leal):** O Ver. Tarciso Flecha Negra está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 101, destacada, ao PLE nº 024/17, com Veto Parcial.

**O SR. TARCISO FLECHA NEGRA:** Boa tarde, Presidente, Vereadores, Vereadoras, todos que nos assistem. Fico sentado ali ouvindo todos os discursos e quero dizer que meu discurso é do meu coração, não sou aquele Vereador da fala bonita, não, mas tudo que falo aqui é do coração. Eu sou contra qualquer tipo de preconceito, sou contra, e luto muito por isso. Assim como eu dizia do esporte, eu fui um que vim defender o esporte, porque a educação, o esporte e a cultura fazem parte do País de Primeiro Mundo. Se quisermos ter menos violência, não poderia ter sido extinta a Secretaria de Esportes. Mas, infelizmente, cada um tem seu voto, cada um tem o seu pensamento. Eu tenho o meu pensamento, sou contra qualquer tipo de preconceito. Por isso a minha luta, gente, é contra o preconceito racial e qualquer outro tipo de preconceito. Eu não gosto, eu acho que todos nós somos seres humanos de apertar a mão um do outro e convivermos juntos. Todo mundo tem o direito de ir e vir. Isso se chama democracia; então não temos democracia. Então o meu voto já está construído há muitos anos, antes de eu ser Vereador. Eu tenho respeito muito grande por todos, pela cor, pela religião, cada um acredita no seu Deus, assim como eu acredito; luto muito pela classe negra, luto pela minha classe, os negros. Porque sempre que eu subo aqui eu digo que nós, negros, não queremos migalhas do Governo. Eu não quero migalha do Governo. O que nós queremos é uma coisa de direito nosso, que eles esqueceram de dar lá no início pra gente, que é a educação. Não nos deram a educação, e a história é muito mal contada. E o Governo agora vem se engambelando para salvar aquilo que não foi feito no início, mas o que nós precisamos é disso, é de igualdade, educação. Nós temos

a nossa capacidade; por isso eu cheguei no esporte, cheguei aqui, dentro da minha capacidade, dentro da minha convicção. Então o meu voto pelo esporte, eu vou dar sempre sim, porque é o voto meu e eu não teria como votar contra. Daqui a pouco vai entrar outra emenda que é sobre as piscinas nos bairros, para as crianças. Piscina de bairro é esporte também, pouca gente sabe disso. Eu já trabalhei nisso e é um esporte muito bem-vindo para a comunidade, assim como essa emenda agora. Esse voto vai ser, porque eu sou contra o preconceito. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**A SRA. PRESIDENTE (Mônica Leal):** O Ver. Reginaldo Pujol está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 101, destacada, ao PLE nº 024/17, com Veto Parcial.

**O SR. REGINALDO PUJOL:** Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, eu cheguei a ficar, em determinado momento do debate, sem nenhuma conclusão. Estava quase entendendo que o veto do Sr. Prefeito Municipal à Emenda nº 101 era uma vedação à realização da Parada Livre. Ora, eu não acredito que nesta Casa alguém queira proibir a realização da Parada Livre, com ela concordando, discordando, simpatizando ou dela querendo participar. Não acredito. Eu também não me posiciono neste sentido. Agora, eu vivo, Ver. Janta, em Porto Alegre, Capital do Estado do Rio Grande do Sul, Estado Federativo do Brasil, País que sabidamente se encontra vivendo a maior crise econômico-financeira de toda a sua história republicana, situação esta que se estendeu, Ver. Mauro, para os Estados e para os Municípios.

O Ver. Mauro, que foi Secretário do Município mais de uma vez, sabe que existe - e é natural - um condicionamento natural dos Municípios à realidade econômico-financeira do País.

Então, para desfazer a minha dúvida, Ver.<sup>a</sup> Mônica, eu fui ler as razões do veto, que não são muito amplas. Diz veto do Prefeito Marchezan: (Lê.): “Ainda, o órgão orçamentário opinou desfavoravelmente à Emenda nº 101, relativa à realização da Parada Livre LGBT, pois a referida emenda fere a orientação governamental de não se investir recursos orçamentários em festas populares e eventos, além do que o total de emendas indicando essa mesma fonte reduz 23% da dotação da SMDE voltada à promoção de políticas públicas de desenvolvimento para as cadeias produtivas do Município, conforme já descrito nas razões do Veto à Emenda nº 25.”

Não vi nisso nenhuma tentativa de obstar a realização da Parada Livre. Vi coerência, até, do Prefeito, que não deu recurso para o carnaval, que não deu recurso para a Semana Farroupilha, que não deu recurso para a festa de Navegantes, que não está dando recurso para a Feagro, para o Rodeio Crioulo, enfim, um Governo que está, em razão – segundo ele – da ineficiência das suas possibilidades financeiras, não colocando recursos em atividade de nenhuma ordem, em nenhum tipo de festa popular. Nessas condições, ele é coerente em não querer deixar recursos com essa promoção, essa atividade, que é a Parada Livre, que tradicionalmente se desenvolve em Porto

Alegre. Um Governo coerente, eu achando inclusive que estimular as cadeias produtivas é uma atividade relevante, que não deve perder recursos, determina, impõe que a minha posição seja pela manutenção do veto, não incluindo nisso nenhuma restrição ao direito absolutamente resguardado de as pessoas organizarem e participarem livremente da Parada Livre, como certamente irão participar mais uma vez, neste ano, em nossa Cidade. Era isso, Sra. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

**A SRA. PRESIDENTE (Mônica Leal):** O Ver. Felipe Camozzato está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 101, destacada, ao PLE nº 024/17, com Veto Parcial.

**O SR. FELIPE CAMOZZATO:** Sra. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, boa tarde, público presente, quero dizer que eu estou muito triste. Na verdade estou bastante triste com o que eu estou vendo aqui, porque eu acho que a luta dos direitos civis, especialmente a luta dos LGBT é importante demais para ser apequenada com a necessidade de dinheiro público para financiar uma manifestação, um marco da Cidade. Eu acho que o movimento LGBT não deve ser dependente de dinheiro público para fazer as suas manifestações. Aliás, eu acho que isso é de uma pequenez tacanha. Acho que é um movimento pelos direitos civis tão forte, tão importante, que não deve ser dependente de dinheiro público. Ele tem toda a condição e toda a força para conseguir ser independente e justamente através de sua independência mostrar a que veio, mostrar a importância das suas pautas. De certa forma, fico triste com isso, porque a gente já viu, em anos anteriores, a força que tem esse movimento, e a força desse movimento demonstra justamente essa competência para conseguir se mobilizar sem a necessidade de mendigar para a Prefeitura R\$ 60 mil. Aliás, acusar quem é contra dar R\$ 60 mil do dinheiro público para a Parada Livre de homofóbico é de uma pequenez tamanha – tamanha! – que me faz refletir, inclusive, se o que interessa é a causa LGBT ou se são os R\$ 60 mil! Afinal de contas, se as pessoas estão preocupadas com a causa LGBT, como eu vejo vocês gritando agora, inclusive um cidadão com o boné de Cuba que está ali, uma ditadura que fuzilou gays, que perseguiu gays, se ele está preocupado com a causa, não deveria estar usando esse boné.

(Manifestação das galerias.)

**O SR. FELIPE CAMOZZATO:** Então me faz pensar se o pleito aqui é de R\$ 60 mil para a causa ou se é a causa. Aliás, todos sabem, vamos combinar, todos sabem que a Parada Livre é um instrumento, há muitos anos, de partidos políticos, como o próprio PSOL. E o Ver. Roberto Robaina, ao propor essa emenda, eu acho que é muito natural que ele proponha essa emenda de R\$ 60 mil para a Parada Livre, dado que dois dos seus assessores são lideranças desse movimento, e não tem nada de errado nisso. Mas eu acho que a gente precisa ser franco, esse dinheiro, os R\$ 60 mil, dado que

a Parada Livre tem sido um instrumento de divulgação político-partidária também, de pessoas que já foram candidatas a Vereadores, por exemplo, desta Capital, acaba podendo ser convertido – R\$ 60 mil – em publicidade para um partido político ou para um movimento dentro de um partido político. Afinal de contas, se a causa interessasse, eu não estaria sendo xingado por questionar o uso do dinheiro público num evento que é tão importante, tão importante para a sociedade brasileira. Não vamos apequenar a causa LGBT fazendo-a dependente de recurso público. Ela é grande demais para ser apequenada, exigindo dinheiro público como está sendo feito aqui e colocando as pessoas que questionam o uso de dinheiro público para ela acontecer como homofóbicas, como racistas e tudo o mais. Acho que isso é de uma superficialidade que a causa não merece. É uma pena ver o PSOL fazendo isso, é uma pena ver uma militância que está aqui me xingando por uma coisa que eu falei quando surgiu a discussão sobre o dinheiro para o carnaval, que eu falei quando surgiu a discussão sobre o dinheiro público para o Saint Patrick's Day, e que vou falar toda vez que surgir uma discussão sobre o uso de dinheiro público para eventos. Então, por favor, o Movimento LGBT é grande demais para ser reduzido a uma necessidade de dinheiro público para fazer seus eventos. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**A SRA. PRESIDENTE (Mônica Leal):** O Ver. Cláudio Janta está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 101, destacada, ao PLE nº 024/17, com Veto Parcial.

**O SR. CLÁUDIO JANTA:** Sra. Presidente, Vereadores, público que nos assiste. Eu acho que o Prefeito, que não gosta de pobre e que não gosta da população humilde, também não gosta da classe média dessa Cidade. O Prefeito gosta somente de uma elite dessa Cidade. De pobre não gosta mesmo, acabou com o carnaval, acabou com o Acampamento Farroupilha e com todas as festas religiosas da cidade de Porto Alegre. E ele não entende nada de economia, e até os colegas que tentam defender esse Governo, que é indefensável. Um Governo que usa como escudo, como moeda de troca a merenda escolar, é uma vergonha. Para a merenda escolar, o que é sabido por todos, tem o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. E lá tem recursos destinados à merenda escolar. Então, não venham para cá chorar e dizer que, se der R\$ 60 mil para a parada *gay*, vão tirar da merenda escolar, ou os R\$ 5 milhões para a Prefeitura nos Bairros não são tirados da merenda escolar? Ou o filmezinho da vergonha da Prefeitura nos Bairros não saiu da merenda escolar? E deram coquetel, champanhe, salgadinhos e ficaram vendo aquela imbecilidade, aquela coisa inútil, idiota. Não tiraram da merenda escolar? Vereadores, que falam muito em economia, em recursos, eu não entendia e comecei a entender hoje, por que o João Doria é candidato a Governador de São Paulo e o ACM Neto é candidato a Governador da Bahia: pela competência! Por que o Marchezan nem Deputado Federal vai conseguir ser? Porque é incompetente! Inútil, incompetente e detesta pobre! Ele não pode se candidatar a mais nada na vida dele. Em



São Paulo, a Prefeitura, que tem as mesmas dificuldades da Prefeitura de Porto Alegre, investiu R\$ 1,5 milhão na Parada Livre, e faturou R\$ 45 milhões. Quem é mais inteligente: o Prefeito de São Paulo ou o Marchezan, querendo dar R\$ 60 mil, podendo faturar R\$ 3 milhões? A Prefeitura de São Paulo faturou 30 vezes mais. A Prefeitura do Rio de Janeiro investiu R\$ 1,7 milhões – e esses dois investimentos foram com Lei Rouanet; quero frisar aqui, que a Prefeitura de Porto Alegre pode ter competência para fazer Lei Rouanet, em vez de ficar só dizendo que não tem dinheiro, chorando, ter competência, ter um banco de projetos para fazer pela Lei Rouanet –, deu mais R\$ 500 mil do seu orçamento, e faturou R\$ 68 milhões: 32 vezes mais. Isso é matemática, se aprende na escola, a matemática é uma ciência exata. A Prefeitura de Porto Alegre, como no carnaval, já demonstrei aqui, abriu mão de recursos, e volta a abrir mão de recursos. Os *gays*, lésbicas, simpatizantes, todo o pessoal da parada *gay* não está abrindo mão da sua bandeira, não, Ver. Felipe Camozzato, por causa de R\$ 60 mil; eles querem o que não teve o carnaval: uma infraestrutura com banheiros, a EPTC lá fiscalizando, ter recurso assinado no orçamento para depois não virem com a desculpa de que não tem dinheiro, como com o carnaval. Acabaram com o carnaval de Porto Alegre! Comprometeram-se com esta Casa a dar dinheiro para o carnaval e, quando chegou na hora do vamos ver, não deram, e hoje o carnaval tem desfiles em todo o Rio Grande do Sul, menos na nossa Cidade. Salvador investiu R\$ 1,9 milhão e arrecadou R\$ 67,5 milhões: 35 vezes mais, e o candidato a Governador é o Prefeito de Salvador. Competência comprovada. Em Porto Alegre, nós temos a incompetência comprovada, incompetência na gestão pública, que não consegue cortar a grama, que não consegue resolver os buracos da Cidade, que usa o escudo da merenda escolar para se acovardar atrás das crianças e não fazer as coisas para o povo de Porto Alegre – esse é o Prefeito que nós temos. Não dá para a cultura popular! Para onde vão as pessoas de vila no carnaval, no Acampamento Farroupilha, na parada *gay*? Ou eles acham que as pessoas vão para o Capitólio ver o programa Prefeitura nos Bairros tomar coquetel? Não vão ao Capitólio ver a Prefeitura nos Bairros, até porque esse programa é vaiado, é esculachado nas vilas de Porto Alegre, porque lá, na periferia de Porto Alegre, a Prefeitura não vai há muito tempo, e isso é fato consumado.

Não é à toa que todos os partidos aqui estão fazendo pesquisas eleitorais em que o índice do Prefeito é o mais alto na história política do Rio Grande do Sul, mais alto em rejeição, mais alto em não quererem se aproximar. Então, digo aos Vereadores que ainda tentam defender este Governo fadado a destruir a nossa Cidade: por favor, ninguém aqui está fazendo guerra de quem é a favor ou quem é contra, nós queremos estrutura para que a parada *gay* saia este ano. Não adianta botar no calendário de Porto Alegre se não der estruturas mínimas, como banheiro, EPTC, etc.

(Não revisado pelo orador.)

**A SRA. PRESIDENTE (Mônica Leal):** Em votação nominal a Emenda nº 101, destacada, ao PLE nº 024/17, com Veto Parcial. (Pausa.) (Após a apuração

nominal.) **REJEITADA** a Emenda nº 101 por 16 votos **SIM** e 13 votos **NÃO**. Mantido o Veto Parcial.

Em votação a Emenda nº 147, destacada, ao PLE nº 024/17, com Veto Parcial. (Pausa.) A Ver.<sup>a</sup> Sofia Cavedon está com a palavra para encaminhar a Emenda nº 147, destacada, ao PLE nº 024/17, com Veto Parcial, como autora.

**A SRA. SOFIA CAVEDON:** Sra. Presidente, eu quero, primeiro, me solidarizar com o Movimento LGBT. Nós vamos lutar e fazer essa Parada mais forte, mais linda e mais impactante para mostrar que esse movimento veio para construir democracia, vida livre para todos.

(Procede-se à apresentação em PowerPoint.)

**A SRA. SOFIA CAVEDON:** Sobre esse tema das piscinas. Eu agradeço à assessoria do plenário, porque quero mostrar a vocês que eu peguei no *site* da Prefeitura, nos *blogs* dos centros comunitários essas imagens maravilhosas e emocionantes do que é a possibilidade das nossas crianças, jovens e adolescentes, dos nossos idosos, mulheres e homens de poderem curtir uma piscina comunitária, perto das suas moradias, de poderem ter aulas de hidroginástica, que os professores possibilitam, poderem ter aulas de natação. Quais são as possibilidades que têm meninos e meninas, numa comunidade mais empobrecida de fazer natação, se não for numa piscina pública, terá que pagar aulas em alguma academia. E quem é que pode? Não é Ver. Aírto Ferronato? As nossas piscinas, me lembra bem o Bosco, eu quero falar aqui, Ver.<sup>a</sup> Mônica, foi o Prefeito Villela, há mais de 40 anos, que teve essa ideia de vanguarda! Quem imaginaria um investimento comunitário dessa monta? Olha que beleza - as crianças numa roda - pensar isso para a comunidade, pensar com essa qualidade, com esse nível de inclusão, oferecer esporte, lazer e recreação na nossa Cidade. Infelizmente, nós temos duas piscinas comunitárias que estão com problemas estruturais, e que precisam de um investimento grande, que é o Cegeb e o Cecove, da Vila Elizabeth na Zona Norte, que não puderam ter, de novo, atividades nesse verão. As demais outras cinco, como o Ceprima, olhem que beleza a professora dando aula de hidroginástica para os idosos, para um grupo de mulheres. As outras abriram este ano. A Cecopam estava escolhida para não abrir por contenção de custos. Acho que foi importante o movimento que a comunidade usuária da piscina fez e a reunião que a gente intermediou. Eu sei, Ver. Cassio, que V. Exa. esteve lá na abertura, o Vice-Prefeito Gustavo Paim e a Secretária Denise tiveram a sensibilidade de receber a comunidade e aditar o contrato, e foi aberta essa piscina. E mesmo abrindo depois que as demais, teve o mesmo público, isso que fevereiro foi meio friozinho e não houve possibilidade de antecipação e de chamar a comunidade. Então, esse é um bem muito precioso. Imaginem o Cecore, Restinga. Eu não pude acompanhar, mas o que é para essa comunidade, imensa comunidade da Restinga, poder utilizar as piscinas comunitárias?! Eu acho que é um bem tão precioso, e que a gente precisará, com certeza, de recursos muito volumosos para resolver os problemas estruturais. Mas se não tem o recurso

mínimo para manutenção dessas piscinas, as que ainda funcionam, e depois para contratação... porque, por mais que o Bosco me lembre que o DMAE é parceiro – era parceiro – para o cloro e fazia seus contratos, eu sei que todo ano tem que fazer uma contratação de piscineiros, de segurança, porque tem que garantir a segurança nos vestiários.

Eu quero encerrar dizendo: olha, os nossos centros comunitários! Está aqui a Zilma, que é do Cecopam, querida, o pessoal ainda está no início do ano e não pôde se organizar e vir, mas eles sustentaram os centros comunitários o ano passado inteiro, fazendo a limpeza... Os nossos ginásios – o Ver. Cassiá Carpes conhece bem – estão com os telhados vazando, chove dentro estragando o piso; os grupos de ginástica estão com dificuldades e tendo que resolver a limpeza – eles próprios – em mutirão. Então, esse recurso é pequeno, é importante e vai se somar às ações de esporte, lazer e recreação. E eu gostaria de que a incompreensão que o Prefeito teve ao vetar a emenda não seja mantida aqui por esta Casa, que a gente possa derrubar o veto, garantir esse recurso, garantir essa alegria para as nossas comunidades. Eu tenho certeza de que a Câmara tem essa sensibilidade, e a inserção dos Vereadores os mobiliza. Vamos dar essa linda garantia para que o direito ao esporte, lazer e recreação nesta Cidade possa ser preservado por este Legislativo. Muito obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

**A SRA. PRESIDENTE (Mônica Leal):** O Ver. Airto Ferronato está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 147, destacada, ao PLE nº 024/17, com Veto Parcial.

**O SR. AIRTO FERRONATO:** Cara Presidente, Ver.<sup>a</sup> Mônica Leal, Senhoras e Senhores Vereadores, senhoras e senhores, eu acompanho a tramitação do projeto de orçamento na Câmara muito de perto e de muito tempo, até pela minha especialização, mas muito mais em razão de estar por mais de 15, 20 anos na Comissão de Finanças e Orçamento. Então, é nossa tarefa de olhar uma olhada atenta no projeto, naquilo que ele nos apresenta e em todas as emendas que aparecem para discussão. Minha cara, Ver.<sup>a</sup> Sofia, eu quero dizer que, nos últimos tempos que estou aqui, uma das emendas de maior apelo social, de maior alcance e de maior busca em fazer o bem comum para a sociedade, especialmente às crianças das nossas periferias, sem nenhuma dúvida, é essa, entre as que mais alcançam o aspecto social de todas que foram apresentadas. O valor é pequeno, muito pequeno pelo tamanho da repercussão positiva que trará à cidade de Porto Alegre, ao dispor essencialmente às nossas crianças mais pobres uma possibilidade de lazer. Qual a criança que não adora ir para a piscina, para a praia? E nós tirarmos isso da nossa criança de Porto Alegre, claro que tem o jovem, tem o adulto, tem o idoso, a mãe, a família, etc, mas nós tirarmos isso de Porto Alegre me parece que estaremos sinalizando com um olhar nada atento àquilo que de bom pode acontecer para os nossos porto-alegrenses.

Portanto, Ver.<sup>a</sup> Sofia, a repercussão da emenda é que me faz vir aqui dizer que votamos em algumas a favor, em outras contra, em algumas mantivemos o veto, em outras tentamos rejeitar. Algumas foram aprovadas, em outras foi mantido o veto, acho que é da nossa disputa política. Agora, essa emenda, em particular, estou aí para pedir àqueles que assim se disponham, vamos votar favoráveis pelo que ela representa para nossa criança, adolescente, juventude, adulto, inclusive idoso, da cidade de Porto Alegre. Vamos votar pela manutenção da emenda. Aquele abraço.

(Não revisado pelo orador.)

**A SRA. PRESIDENTE (Mônica Leal):** O Ver. José Freitas está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 147, destacada, ao PLE nº 024/17, com Veto Parcial.

**O SR. JOSÉ FREITAS:** Presidente Mônica, colegas Vereadores, público que nos assiste. Vejo, em muitos casos, uma insensibilidade. Quem conhece um pouquinho da periferia de Porto Alegre, quem conhece um pouco o trabalho do Conselho Tutelar, das mais de trinta mil famílias atendidas pelo Conselho Tutelar, 95% são da periferia, e tudo famílias que usam esses equipamentos. Eu acho que tanto faz aqui emenda, não emenda, veto, ou não veto. É uma questão de sensibilidade, de o Governo ter sensibilidade, acho que não quer dizer que sejam R\$ 400 mil, R\$ 60 mil, o valor que seja não importa. O que tem que ter aqui é sensibilidade da parte do Governo. Por exemplo: das sete estruturas que tem de piscinas – Cegeb, Cecove, Cecores, Cecoflor, Cevi, Cecopam e Ceprima –, infelizmente, duas não abriram este ano, que são o Cegeb e o Cecove, por falta de estrutura. Eu lembro muito bem quando eu estava na Secretaria de Segurança, porque a Guarda faz ronda nessas piscinas, pois tem muita invasão à noite, às vezes, elas estão fechadas porque não têm dinheiro para arrumar o motor. O que é que eu quero dizer? Que não é grande quantidade, um valor alto para botar em funcionamento uma estrutura dessas. Muitas vezes não é! Então, eu vou pedir encarecidamente para que venham a ter sensibilidade e olhem para esses milhares de famílias que são atendidos por esses equipamentos, por essas sete piscinas públicas. As crianças da periferia, Ver. Tarciso, muitas delas e muitas famílias não têm uma praça...

(Aparte antirregimental.)

**O SR. JOSÉ FREITAS:** Justamente. E, no verão, é esse equipamento que ela tem para ir. Aí se encontra, lá na região dela, um equipamento fechado. De forma alguma! Este é um voto meu! Eu não conversei com o meu colega Ver. Alvoní Medina, o voto deste Vereador é pela derrubada do veto.

(Não revisado pelo orador.)

**A SRA. PRESIDENTE (Mônica Leal):** O Ver. Reginaldo Pujol está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 147, destacada, ao PLE nº 024/17, com Veto Parcial.

**O SR. REGINALDO PUJOL:** Sra. Presidente, Srs. Vereadores e Srs. Vereadoras; administrar a escassez é uma das tarefas mais difíceis. Numa dessas situações negativas para o Brasil, eu estava na Prefeitura. O Prefeito era o nosso ex-colega João Antônio Dib, e nós tínhamos grandes dificuldades em administrar a escassez. Agora mesmo, a Ver.<sup>a</sup> Mônica propõe alocação de recursos para os Centros Sociais Urbanos, Centros de Comunidades, na linguagem de hoje, centros esses construídos aqui em Porto Alegre há longos anos, ainda na administração do então Prefeito Telmo Thompson Flores, quando a SMED era simplesmente Secretaria Municipal de Educação e tinha um programa pelo desenvolvimento comunitário, estimulado pela FESC, antiga Fundação de Educação Social e Comunitária. Apoiar a manutenção desses centros é uma tentação enorme que todos nós sentimos, até porque, convenhamos, muitos deles estão muito carentes de uma maior atenção por parte da Administração Central. Há uma promessa, Ver. Tarciso, de que vários recursos já estão contidos no Orçamento para que exista um incremento da recuperação, da limpeza, da ordenação de vários centros que nós conhecemos muito bem. Agora, é doloroso, Ver.<sup>a</sup> Sofia, observar que, alocando dinheiro em favor do Centro de Comunidade, nós estaremos prejudicando mais de doze projetos, que são contemplados no Programa Investe e que se desenvolvem através de três ou quatro Secretarias no Município. Na SMIC, por exemplo, atividade 2384, Porto Alegre Rural, Fomento à Produção; ou, ainda, atividade 1731, Programa de Incentivo às Hortas Comunitárias; ou ainda, também na SMIC, Desenvolvimento Econômico e Local, que é a atividade 4079, ou a atividade 1479, Inovação do Setor Agropecuário. São inúmeros os programas que ficarão prejudicados com essa decisão, e aí quero dizer, com toda honestidade e o maior respeito à Ver.<sup>a</sup> Sofia Cavedon, que ela não venceu a tentação de encontrar uma forma de reforçar o orçamento dos centros comunitários, num desejo que eu também participe. Mas eu quero da mesma forma e tão lisamente, como estou reconhecendo a melhor das intenções na Ver.<sup>a</sup> Sofia Cavedon, dizer o seguinte: eu não quero interromper esses catorze projetos que o Município está desenvolvendo e ser por isso responsabilizado, Ver. Prof. Alex. Eu citei cinco ou seis, mas são catorze no conjunto; há na área do turismo rural, há várias situações dessas que o programa investe e contempla, distribuindo esse recurso um pouquinho para cada uma dessas atividades. Então, como é do meu feitio, sem nenhum temor de ter a minha posição confundida fora da Câmara de Vereadores e dizerem que sou contra os centros comunitários, eu quero dizer o seguinte: eu balancei entre aplicar o recurso nessa atividade - Vereadora, estou lhe falando com o maior carinho e respeito - ou nas outras atividades que são preteridas, na medida em que essa sua emenda seja aprovada. Optei em acompanhar o Prefeito Municipal e votar pela manutenção do veto, obviamente contrariamente à emenda da Ver.<sup>a</sup> Sofia Cavedon. Era isso, Sra. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

(O Ver. Cláudio Janta assume a presidência dos trabalhos.)

**O SR. PRESIDENTE (Cláudio Janta):** O Ver. Tarciso Flecha Negra está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 147, destacada, ao PLE nº 024/17, com Veto Parcial.

**O SR. TARCISO FLECHA NEGRA:** Boa tarde, Presidente, Vereadoras, Vereadores, o que eu vim falar aqui, é quase que a mesma coisa, por quê? Na época em que parei de jogar futebol, eu montei uma escolinha onde é o complexo do Ronaldinho, e disse para o Raul que eu trabalharia ali sem cobrar nada, desde que ele desse 20 bolsas para as crianças da FASE, Sofia, e ele deu as 20 bolsas. Eu trabalhava na escolinha de futebol, e eu levava essas crianças depois na piscina. Eu abri mão de coisas minhas, porque eu acredito, Fernanda Melchionna, na socialização da criança, em formar o cidadão. O que isso proporciona? Companheirismo, saúde e socialização. Eu não poderia ser contra. Se nós não virarmos o rosto para o outro lado e começarmos a olhar que a salvação deste País é a educação, o esporte, a cultura e o lazer, nós não vamos diminuir essa violência. E essas pessoas da comunidade, essas pessoas mais pobres, elas precisam muito. Eu trabalhei, antes de vir para a Câmara de Vereadores, durante 16 anos, como eu já tinha dito naquele outro discurso, e eu dei alguma coisa de mim, porque, quando criança, eu recebi esse presente para a minha formação para hoje estar aqui. Então, eu não posso ser contra o meu coração! O meu voto é exclusivamente de acordo com o meu coração. Nada contra o Executivo, nada! Eu acredito na educação, no esporte, na cultura e no lazer, principalmente para as crianças, com quem trabalhei muitos anos - muitos hoje eu encontro no centro. A gente tem o maior carinho, o maior respeito por ter formado esses cidadãos. Isso, Alex, é o que importa, o que a gente foi, o que a gente está fazendo para que este País possa ter menos violência porque a gente está vendo acontecer barbáries. Há coisas que acho que nem Deus acredita que está acontecendo, mas, infelizmente, somos nós, seres humanos que vamos mudar, ao nos unirmos, darmos as mãos, sem violência, sem preconceito. Respeito é uma palavra muito importante que sempre usei nas escolinhas em que trabalhei. Temos que nos respeitar, nos abraçar, sermos companheiros, amigos, só assim vamos diminuir essa violência! Então, são votos - vejo aqui a Liderança do Governo - é muito doloroso eu votar contra, obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Cláudio Janta):** O Ver. Luciano Marcantônio está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 147, destacada, ao PLE nº 024/17, com Veto Parcial, pelo Governo.

**O SR. LUCIANO MARCANTÔNIO:** Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, é importante registrar ao público presente nas galerias ou que está nos vendo pela TVCâmara que todo nosso projeto de lei do orçamento de 2018 que o

Governo encaminha a esta Casa para discussão, para emendas. Esta Casa colocou em torno de 150 emendas ao projeto, que envolve todo o orçamento do Executivo para 2018. Das 150 emendas que foram analisadas, aproximadamente 10 emendas foram vetadas pelo Executivo. Então volto a ratificar isso porque existe grande respeito, grande diálogo e grande concertação desta Casa com o Governo.

Uma dessas emendas vetadas foi a emenda que nós discutimos há pouco, que foi a respeito da Parada Livre. Eu conduzi, com muita honra, como Secretário Municipal de Direitos Humanos, a Parada Livre durante quatro anos. É uma grande festa popular em Porto Alegre, inclusive de forma integrada com a sociedade civil, com a Marcelle, que é o maior símbolo da política LGBT do Estado e do Brasil, a Glória Crystal, que inclusive era a minha Secretária Adjunta da política LGBT. Só que existe coerência no Governo. O Governo é coerente: não foi dado um real para nenhuma festa popular, para poder cobrir o déficit orçamentário.

A questão das piscinas comunitárias é importante. São sete piscinas e somente cinco funcionaram, duas não abriram, isso é uma questão de nos planejarmos melhor para termos as sete piscinas funcionando no verão. Isso não é problema de recurso, não é problema de orçamento, apesar de que o Governo, quando vetou essa emenda e mais nove, num total de 150, ou seja, deu acordo para 140 emendas das 150 emendas. Mas o motivo maior desse veto é que nós estamos no limite do nosso orçamento. Não vai ser essa emenda, não precisa do recurso dessa emenda de R\$ 400 mil para resolver as questões das piscinas comunitárias. Nós temos que ser muito claros, muito objetivos para que o cidadão entenda. Essa emenda não vai resolver. Vai resolver é planejamento, porque o recurso já existe, e sempre foi feito com recurso que já existe, nunca precisou de emenda e não vai ser essa emenda que vai resolver.

Quanto à questão da Parada Livre, quero dizer que todos os Vereadores que vieram aqui e votaram a favor da manutenção do veto, e eu não queria me omitir, e eu não pude estar aqui na tribuna há 30 minutos, por isso que coloco esse tema que já foi votado, e, por orientação do Governo, foi mantido o veto. A questão da Parada Livre em nenhum momento sofreu preconceito de nenhum Vereador. Esse papo de preconceito existe, e existe muito preconceito, eu sei disso. Pelo amor de Deus, sou deficiente físico e nunca usei meu braço para fazer voto! Existe muito preconceito contra negro, contra LGBT, mas aquela emenda não iria resolver nada de preconceito! Nada de preconceito. E nem vai salvar a Parada Livre, que existiu e vai sempre existir. Aqui a questão é o que se precisa em relação às ações para Porto Alegre. Nós temos o recurso. Temos é que planejar e ter o apoio desta Casa para as questões principais deste ano e que todo mundo aqui já sabe. Nós temos que enfrentar e votar. Para ter o recurso para resolver as questões principais desta Cidade, nós vamos ter que votar aqui o IPTU, as despesas de pessoal e vamos ter que votar também tributação, que envolve, como vocês já sabem, o ISSQN e tantos outros recursos que nós estamos perdendo. Enquanto todas as capitais já têm todas essas votações necessárias, nós estamos ainda engatinhando aqui em Porto Alegre. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Cláudio Janta):** O Ver. André Carús está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 147, destacada, ao PLE nº 024/17, com Veto Parcial.

**O SR. ANDRÉ CARÚS:** Sr. Presidente, Ver. Cláudio Janta; Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, eu ouvi atentamente aqui o Vice-Líder do Governo, Ver. Luciano Marcantônio; e esta é a última emenda que nós vamos apreciar no veto parcial que foi encaminhado aqui pelo Executivo frente à proposta orçamentária para este ano. Os centros comunitários estão na base de uma política de inclusão social, de integração comunitária, e nós aprovamos, Ver. Luciano, é importante relembrar, na segunda etapa da reforma administrativa, uma das emendas era a garantia de que, mesmo sendo extinta a Secretaria Municipal de Esportes e incorporada a estrutura da Secretaria do Desenvolvimento Social, as políticas e os programas, principalmente aqueles que têm relevância, Ver. Bosco, que esteve à frente da SME por muito tempo nas gestões anteriores. Não se vê mais o funcionamento efetivo e integral das piscinas comunitárias, “Em cada campo uma escolinha”, que era um projeto de inclusão e descoberta de novos talentos, também não se enxerga. Não se vê mais o campeonato municipal de futebol amador, que os clubes de várzea tiveram que promover uma organização autônoma. E se o Governo vetou essa emenda, então eu pergunto: algum programa ou política da antiga SME está tendo ou vai ter algum tipo de investimento para 2018? Porque o nome continuou: Secretaria Municipal do Desenvolvimento Social e Esporte, mas na prática os recursos para esses e outros programas aos quais não fiz referência, eu não sei e a população também não sabe, se estão sendo executados. Se o Governo acha que precisa incrementar sua receita com todos os projetos que V. Exa. falou aqui, então vamos votá-los. A bancada do PMDB propôs aqui uma comissão especial, que já está tramitando, para que nós possamos avançar na discussão da revisão da planta de valores do IPTU. Essa é a receita única? Então vamos discuti-la, vamos promover a simulação transparente e aberta para que o cidadão possa calcular quanto vai diminuir ou aumentar o valor cobrado pelo IPTU a partir da revisão da planta. Vamos votar, vamos priorizar os projetos que têm relação com o serviço público municipal, se eles vão ter incremento ou não na receita. Vamos votar, assim como também temos que votar essa emenda, porque há uma dúvida, Ver. Tarciso, V. Exa. que é oriundo e defensor das políticas da área do esporte, hoje, o jovem, a gurizada da periferia não tem como fazer uma peneira a não ser que pague por ela, porque o incentivo público já não existe. Esses jovens estão fadados a quê? A não descobrir o seu ofício, porque muitos deles também sequer estudam, sequer tem incentivo dentro da família para ir à escola. Então, eu entendo que, se nós temos uma Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Esporte, que é uma superestrutura, vale lembrar, ainda com gestor interino desde que houve o pedido de demissão da Secretária Fátima Paludo, quem dirige aquele órgão está na condição interina, e ela tem uma responsabilidade sobre a política habitacional, sobre as políticas da área do esporte, da assistência social e também da antiga Secretaria da Acessibilidade. Será mesmo que nós temos que votar contra esta emenda que garante o mínimo de recurso para que esses projetos continuem a se desenvolver? Eu acredito que



não, mas o Governo também tem que nos dizer se, de fato, está investindo em alguma coisa em favor do desenvolvimento social, porque só nome de Secretaria não resolve o problema das classes que mais precisam. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Cláudio Janta):** Anuncio a presença do nosso sempre membro desta Casa, ex-Vereador e ex-Secretário do Governo Marchezan, o Sr. Kevin Krieger. Seja bem-vindo.

Apregoo Ofício nº 183 do Gabinete do Prefeito (Lê.): “Sr. Presidente. Ao cumprimentá-lo cordialmente, comunico a Vossa Excelência, conforme prevê a Lei Orgânica do Município de Porto Alegre, que estarei ausente do Município, das 22h do dia 19 às 23h30min do dia 20 de março do corrente ano, devido ao convite para participar, como palestrante, no Seminário Segurança e Desenvolvimento com o tema ‘A importância do combate ao mercado ilegal’, em Brasília/DF, fazendo jus a eventuais despesas com passagem aérea e diária, para custeio da estadia, alimentação e deslocamentos, nos limites estabelecidos na lei. Registro, por oportuno, que no período anunciado responderá pelo Executivo Municipal o Sr. Vice-Prefeito Gustavo Bohrer Paim. Atenciosas saudações, Nelson Marchezan Júnior.”

Apregoo a Emenda nº 02, de autoria do Ver. Cassio Trogildo, ao PLL nº 095/17.

Em votação o Requerimento de autoria do Ver. Cassio Trogildo, solicitando dispensa do envio da Emenda nº 02 ao PLL nº 095/17 à apreciação das Comissões, para Parecer. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

**A SRA. SOFIA CAVEDON (Requerimento):** Sr. Presidente, solicito verificação de quórum.

**O SR. PRESIDENTE (Cláudio Janta):** Solicito abertura do painel eletrônico para verificação de quórum, solicitada pela Ver.<sup>a</sup> Sofia Cavedon. (Pausa.) (Após o fechamento do painel eletrônico.) Quatorze Vereadores presentes. Não há quórum.

**O SR. PRESIDENTE (Cláudio Janta – às 17h26min):** Encerrada a Ordem do Dia.

Passamos à

## **PAUTA – DISCUSSÃO PRELIMINAR**

**(05 oradores/05 minutos/com aparte)**

## **2ª SESSÃO**

**PROC. Nº 3009/17 – PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 062/17** –, de autoria da Ver<sup>a</sup> Sofia Cavedon e outros, que revoga o parágrafo único do art. 109 da Resolução nº 1.178, de 16 de julho de 1992 – Regimento da Câmara Municipal de Porto Alegre –, e alterações posteriores, excluindo exceção conferida ao Executivo Municipal quanto ao cumprimento de requisitos para reapresentar matéria constante de projeto de lei rejeitado na mesma sessão legislativa.

**PROC. Nº 0238/18 – PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 002/18** –, de autoria da Ver<sup>a</sup> Sofia Cavedon, que concede a Comenda Porto do Sol à Themis – Gênero, Justiça e Direitos Humanos.

**PROC. Nº 0177/18 – PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 001/18** –, de autoria do Ver. João Carlos Nedel, que concede a Comenda Porto do Sol ao senhor Wilmar Alves da Silva.

**O SR. PRESIDENTE (Cláudio Janta):** A Ver.<sup>a</sup> Sofia Cavedon está com a palavra para discutir a Pauta.

**A SRA. SOFIA CAVEDON:** Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, estou com dois projetos em discussão preliminar de pauta, de minha autoria, o que não é algo tão comum. Um deles é muito precioso para nós, da educação, para nós, mulheres.

Estamos no mês dedicado à luta das mulheres, e este projeto veio maturando nos debates que nós fizemos, na Procuradoria da Mulher, na rede de educação, contra o machismo, o qual começamos a construir nos debates dos dois grandes seminários que esta Casa acolheu, construídos coletivamente para discutir como nós podemos produzir, construir meninos e meninas que sejam igualitários, democráticos, sem preconceitos, que não pratiquem o machismo e que preservem a vida das mulheres. E construímos, nestes debates, uma série de diretrizes para uma educação contra o machismo. Este é o projeto que começa a tramitar, Ver. Bosco e Ver. Oliboni, meu Líder. Nós queremos estabelecer em Porto Alegre diretrizes para que a educação não reproduza o machismo que está na sociedade simplesmente porque não se dedica ao tema. Não que a escola seja machista, mas porque deixa passar, porque não organiza, porque não tem informação, porque não constrói estratégias, porque não altera o currículo para deter as manifestações machistas, sejam na escola, sejam na comunidade, para construir debates, para construir estratégias pedagógicas que problematizem, que façam com que as crianças reflitam sobre eventuais manifestações machistas. Nós sabemos que o sexismo, infelizmente, é reproduzido através da educação nos nossos lares, no senso comum de pais e mães, no modelo moralista que determina que as mulheres tenham que ter comportamentos que são submissos, que são inferiores, posturas que são colocadas como uma posição inferior da mulher com menos condições para assumir determinadas funções, em especial o espaço público. Tudo isso constrói relações desiguais. E a escola pode, a partir de sua estratégia pedagógica, ir para além de seus muros, derrubados os

muros da escola, chamando pais, chamando mães, irmãos, avós, tios e tias para debates abertos que possam erradicar o machismo da nossa sociedade. São muitas mortes de mulheres só porque são mulheres, assédio sexual, estupro, violências de toda ordem que são resultado do machismo que a sociedade vai reproduzindo. Portanto, estratégias para combater o machismo estão em debate nesta Casa e nós queremos que todos assumam desde já para que a educação também seja transformadora na vida das mulheres.

(Não revisado pela oradora.)

**O SR. PRESIDENTE (Cláudio Janta):** O Ver. Reginaldo Pujol está com a palavra para discutir a Pauta.

**O SR. REGINALDO PUJOL:** Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, eu fico satisfeito que estejam presentes aqui conosco a Ver.<sup>a</sup> Mônica Leal, a Ver.<sup>a</sup> Sofia Cavedon, que é autora deste projeto de resolução que nós estamos discutindo. Eu inclusive, na oportunidade que o mesmo tramitou, fui convidado a subscrevê-lo, e informei, na ocasião, que eu iria olhar com mais profundidade a proposição que revoga o Parágrafo Único do art. 109 da Resolução nº 1.178, de 16 de julho de 1992 – Regimento da Câmara Municipal de Porto Alegre –, e alterações posteriores, excluindo exceção conferida ao Executivo Municipal quanto ao cumprimento de requisitos para rerepresentar matéria constante de projeto de lei rejeitado na mesma Sessão Legislativa”. Haviam me informado de que a proposição visava igualar os Vereadores ao Prefeito e que, nesse sentido, também os Vereadores ficariam com condições de rerepresentar os seus projetos de lei rejeitados no exercício de forma repetitiva dentro do mesmo exercício. Nessa linha, eu me manifestei, na oportunidade anterior, em matéria no período de Pauta, de forma a, surpreso, declarar que iria dialogar com a autora, porque, se o objetivo era igualar na capacidade de fazer, eu achava mais conveniente igualar na capacidade de não fazer, não permitir. Permitir que Executivo e Legislativo tivessem a possibilidade dessa providência e dessa iniciativa me parecia catastrófico. Agora, Sr. Presidente, lendo melhor, parece-me que a Vereadora de certa maneira corresponde com a posição que eu tenho externado, no sentido de não permitir nem para o Executivo, nem para o Legislativo essa possibilidade de rerepresentação dos projetos já objeto de deliberação positiva ou negativa dentro da mesma legislatura. Assim sendo, Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, eu quero, lisamente, não tornar sem efeito tudo o que eu disse na situação anterior, mas quero dizer que somente agora eu recolho o expediente para ler. Há uma decisão judicial que quero examinar com profundidade e aí sim, dentro dessa decisão, reafirmar a posição anterior, que era de cautela absoluta e de não comprometimento com a emenda, ou, por que não, se ao contrário eu ficar esclarecido, voltar atrás e não me posicionar favoravelmente à proposta da Ver.<sup>a</sup> Sofia Cavedon. Acho que esse período de discussão preliminar de pauta é o momento mais adequado para que possa haver uma manifestação prévia dos Vereadores desta Casa, na medida em que, eu que sou integrante da Comissão de Educação, Cultura e Esportes, assim como a Ver.<sup>a</sup> Sofia

Cavedon, provavelmente, durante a instrução desse projeto de resolução, não vou ter outra oportunidade de ter contato com ele, se não agora. Então, nesse momento, no segundo dia de discussão preliminar, estou afirmando, de forma categórica, que vou me debruçar sobre o conteúdo do projeto, sobre a decisão judicial aqui anexada, e aí então firmar uma posição com mais certeza do que, de certa forma, eu já havia firmado na oportunidade anterior. Era isso, Sr. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Cláudio Janta):** O Ver. Moisés Barboza está com a palavra para discutir a Pauta.

**O SR. MOISÉS BARBOZA:** Boa tarde Presidente, quero saudar aqui os Vereadores presentes, o Ver. Cláudio Janta, Ver. Pujol, Ver. Ricardo Gomes, Ver. João Bosco Vaz e a Ver.<sup>a</sup> Sofia. Sobre as três pautas, rapidamente, vou deixar claro que sou contra, obviamente, ao Projeto de Resolução nº 062/17, até porque, juridicamente, ele não se sustenta. Eu também quero saudar o Ver. João Carlos Nedel pela concessão da Comenda Porto do Sol ao Sr. Wilmar Alves da Silva. E também, não menos importante, deixando por último, da Ver.<sup>a</sup> Sofia Cavedon, a Comenda Porto do Sol à Themis Gênero, Justiça e Direitos Humanos.

Só que eu quero registrar aqui aos Vereadores que ainda estão me ouvindo que nós temos de parar com essa mania de pedir verificação de quórum, não registrar a sua presença e, logo após, se inscrever para falar. Foi o que a Ver.<sup>a</sup> Sofia fez: pediu a verificação de quórum, não deu a sua presença e, logo após, se inscreveu para falar. Isso não é muito, vamos dizer assim, auspicioso para que a gente recupere a credibilidade perante a nossa sociedade. Obrigado, Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Cláudio Janta):** Só para esclarecer o Ver. Moisés Barboza: esse é um instrumento do Parlamento, que é a obstrução. A Vereadora usou, e cabe às minorias usá-lo quando acharem necessário. Agradecemos a presença de todos, aos funcionários desta Casa, que sempre, atenciosamente, nos auxiliam, ao público que esteve aqui presente, e que Deus abençoe a todos nós.

Estão encerrados os trabalhos da presente Sessão, tenham todos um bom final de tarde.

(Encerra-se a Sessão às 17h39min.)

\* \* \* \* \*